



Auditoria Realizada por:

IMAFLORA – Instituto de Manejo e
Certificação Florestal e Agrícola
Estrada Chico Mendes, 185.
Piracicaba – SP Brasil
Tel: +55 19 3429-0800
Fax: +55 19 3429-0800
www.imaflora.org

Pessoa de contato: Leonardo Sobral
E-mail: leonardo@imaflora.org

Canal de comunicações do IMAFLORA :
qualidade@imaflora.org

Relatório de **Avaliação** de Manejo Florestal para:

Mil Madeiras Preciosas Ltda.
em
Itacoatiara – AM.

Relatório Finalizado: 06/03/18
Datas da Auditoria: 27/11/17 a 01/12/17
Equipe de Auditoria: Junia Karst
Renato Pasqual
Coordenador responsável: David Escaquete

Tipo de Certificado UMF Única
Código(s): IMA-MF-0015
Certificado emitido 06/03/18
em:

Relatório baseado nas seguintes normas utilizadas para a realização desta auditoria:

ABNT NBR 15789 ; ABNT NBR ISO 14021

Pessoa de Contato: Marcos de Souza
Endereço: Rodovia AM-363, km 1,5,
Zona Rural, Itacoatiara,
Amazonas.

CONTEÚDO

SIGLAS E ABREVIATURAS	3
1. INTRODUÇÃO	4
2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO EMF	5
3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL E DO SISTEMA DE MANEJO	5
4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SÓCIO ECONOMICO.....	5
5. PROCESSO DE AUDITORIA.....	5
5.1. AUDITORES E QUALIFICAÇÕES	5
5.2. CRONOGRAMA DE AUDITORIA FASE II:	6
5.3. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO:	6
5.3.1. VISITA PRÉVIA (SE APLICÁVEL)	6
5.3.2. AUDITORIA INICIAL (AUDITORIA FASE I):	6
5.3.3. INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS RELATIVAS A AUDITORIA INICIAL (FASE I)	6
5.3.4. AUDITORIA FASE II:	7
5.3.5. INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS RELATIVAS A AUDITORIA FASE II (CONFIDENCIAL)	7
5.3.6. TRATAMENTO DE NÃO CONFORMIDADES	7
5.3.7. COMISSÃO DE CERTIFICAÇÃO	7
6. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS	7
6.1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTA A PARTES INTERESSADAS:.....	7
6.2. COMENTÁRIOS RECEBIDOS NA CONSULTA PRÉVIA E TRATAMENTO DAS DEMANDAS	8
6.3. DESCRIÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES ENCONTRADAS (NCRs)	9
6.4. OBSERVAÇÕES	12
6.5. CONCLUSÕES DE AUDITORIA.....	14
ANEXO I – Escopo do EMF	15
ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas (CONFIDENCIAL)	18
ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal.....	18

SIGLAS E ABREVIações

APP	Área de Preservação Permanente
BR	Brasil
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CITES	Convenção Internacional sobre o Comércio de Fauna e Flora em Perigo de Extinção
COC	Cadeia de custódia (<i>Chain of Custody</i>)
DDS	Diálogo Diário de Segurança
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPS	Empresa Prestadora de Serviços
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FISPQ	Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos
FM	Manejo Florestal (<i>Forest Management</i>)
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i> ou Conselho de Manejo Florestal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IMAFLOA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITR	Imposto Territorial Rural
NA ou N/A	Não Aplicável
NCR	Relatório de Não Conformidade
NR 31	Norma Regulamentadora 31
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PCMSO	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
P&C	Princípios e Critérios
NTFP	Produtos Florestais Não-Madeiros
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
RL	Reserva Legal
S/A	Sociedade Anônima
SESMET	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UMF	Unidade de Manejo Florestal

1. INTRODUÇÃO

O propósito desse relatório é documentar a conformidade da empresa Mil Madeiras Preciosas Ltda., em relação aos requisitos de Manejo Florestal CERFLOR, baseada na norma ABNT NBR 15789:2013.

O relatório apresenta as conclusões da auditoria independente, com a análise do(s) auditor(es) do Imaflora que avaliaram a empresa em relação às normas aplicáveis e as ações de seguimento.

Na Seção 02 abaixo encontra-se a descrição de conformidades e não conformidades evidenciadas na auditoria.

O Imaflora é um organismo acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) segundo a ISO 17021:2011 como Organismo de Certificação Florestal (OCF). Os serviços de auditoria e certificação do Imaflora, que compreendem planejamento da auditoria, avaliação, certificação e decisões, são de responsabilidade do mesmo que não subcontrata nenhuma etapa.

As informações descritas nos itens 2; 3 e 4 deste relatório foram extraídas de documentos fornecidos pelo EMF, tais como Plano de Manejo e procedimentos operacionais, sendo sua veracidade analisada durante as atividades de campo através da análise dos indicadores descritos no Anexo III.

A auditoria é realizada conforme Portarias INMETRO 547 de 25 de outubro de 2012 e 54 de 28 de janeiro de 2014, além das Normas da ISO aplicáveis.

A missão do Imaflora é Incentivar e promover mudanças nos setores florestal e agrícola, visando a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e a geração de benefícios sociais, assim utiliza dentre outras ferramentas, diferentes certificações socioambientais para alcançar sua missão institucional.

Os valores do IMAFLORA são os pilares para o desempenho das suas certificações:

Independência para ser e agir a partir dos nossos ideais;
Abertura para assumir riscos estratégicos de forma consciente;
Honestidade, transparência e coerência em nossas ações e relações;
Respeito pela diversidade social, cultural, ambiental e econômica, valorização e reconhecimento de sua complexidade;
Abertura e incentivo ao diálogo;
Estímulo a espaços internos de reflexão, de convivência e de harmonia;
Respeito pela equipe e valorização de cada participante dela;
Acesso à certificação e sua aplicabilidade a qualquer empreendimento, independente do produto manejado, escala, intensidade da atividade e localização geográfica.
Confidencialidade na condução de suas atividades de certificação.

O relatório contém informações que se tornarão públicas.

As auditorias de manutenção/recertificação serão realizadas no prazo máximo de um (1) ano.

Resolução de conflito: organizações ou indivíduos com considerações ou comentários sobre o Imaflora e seus serviços, se identificados, são fortemente encorajados a contatar diretamente o Imaflora (qualidade@imaflora.org). Reclamações ou considerações formais devem ser enviadas por escrito.

2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO EMF

As informações estão descritas no Plano de Manejo do EMF.

3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL E DO SISTEMA DE MANEJO

As informações estão descritas no Plano de Manejo do EMF.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SÓCIO ECONOMICO

As informações estão descritas no Plano de Manejo do EMF.

5. PROCESSO DE AUDITORIA

5.1. Auditores e qualificações

a) Auditoria Fase I:

Nome do auditor	Renato Pasqual	Atribuições do auditor	Análise de documentação inicial, e legal.
Qualificações	Bacharel em gestão ambiental e mestre em Ciência Ambiental. Auditor líder da ISO 14001 reconhecido pelo IEMA/IRCA com base na norma ISO 19011. Auditor líder de cadeia de custódia e manejo florestal FSC e CERFLOR/PEFC pelo Imaflora.		

b) Auditoria Fase II:

Nome do auditor	Renato Pasqual	Atribuições do auditor	Aspectos sociais, legais e cadeia de custódia. Auditor líder deste processo.
Qualificações	Bacharel em gestão ambiental e mestre em Ciência Ambiental. Auditor líder da ISO 14001 reconhecido pelo IEMA/IRCA com base na norma ISO 19011. Auditor líder de cadeia de custódia e manejo florestal FSC e CERFLOR/PEFC pelo Imaflora.		
Nome do auditor	Junia Karst Caminha Ruggiero	Atribuições do auditor	Aspectos ambientais e legais.
Qualificações	Engenheira Florestal. Assistente de Certificação de Florestas Naturais do Imaflora; Capacitado pelo Instituto Floresta Tropical pelo Curso de Gerenciamento de Manejo Florestal e Exploração de Impacto Reduzido e em		

processos de certificação de manejo florestal FSC pelo Imaflora. Lead Assessor ISO 14001:2004 pela ATSG/INMETRO. Auditora de manejo florestal CERFLOR/PEFC.

5.2. Cronograma de auditoria fase II:

Data	Localização / sítios principais	Principais atividades
27/11/17	Sede	Reunião de abertura, análise documental.
27/11/17	CETAM – Itacoatiara	Reunião de consulta pública a partes interessadas.
28/11/17	Sede	Análise documental.
29/11/17	Comunidades do Entorno	Consulta a partes interessadas.
29/11/17	Itapiranga 11, Largo do Anebá	Auditoria das operações florestais, verificação das infraestruturas, e alojamento.
30/11/17	Sede	Análise de procedimentos, documentos e registros do sistema de gestão do EMF.
01/12/17	Sede	Consolidação e encerramento

Número total de pessoas-dia utilizadas na auditoria: 10

= número de auditores participando 2 multiplicado pela média de número de dias gastos na preparação, visita de campo, e acompanhamento pós-visita, incluindo consultas com partes interessadas 5

5.3. Descrição das etapas do processo de Avaliação:

5.3.1. Visita Prévia (se aplicável)

Não foi realizada visita prévia, uma vez que o empreendimento é certificado FSC e o escopo e gestão são conhecidos do Imaflora.

5.3.2. Auditoria inicial (Auditoria Fase I):

A auditoria inicial (Auditoria Fase I) tem por funções:

- Fornecer subsídios para o planejamento da Auditoria Fase II, por meio do conhecimento sobre o manejo florestal do empreendimento candidato, com base nos princípios, critérios e indicadores conforme ABNT NBR 14789 e, em particular, do preparo do empreendimento para receber auditoria;
- Verificar nos órgãos públicos competentes o cumprimento da legislação, segundo o Princípio 1;
- Identificar as partes interessadas a serem convidadas para a Consulta Pública, por meio de levantamento direto e indicações do empreendimento;
- Realizar uma Consulta Prévia, envolvendo as partes interessadas sobre o processo de certificação, e estabelecendo um período não inferior a 30 dias para o recebimento de comentários.
- Nesta fase também pode ocorrer visita de campo para melhor compreensão do empreendimento e planejamento da auditoria fase II.

Os documentos inicialmente solicitados ao empreendimento foram analisados. Questões legais de posse da terra, pagamentos de impostos, mapas da UMF e de comunidades próximas foram avaliados para verificar a viabilidade da auditoria fase 2.

5.3.3. Informações confidenciais relativas a auditoria Inicial (Fase I)

(Inserir informações de conteúdo confidencial, se aplicável).

Não é necessário para a presente auditoria especificar nenhum ponto confidencial relativo a fase 1.

5.3.4. Auditoria Fase II:

Após todas as constatações da Auditoria Fase I, inicia-se a Auditoria Fase II nas dependências do empreendimento para avaliar a implementação dos requisitos da norma. Nesta fase é realizada a Reunião Pública para coletar comentários das partes interessadas.

A auditoria fase II foi realizada no município de Itacoatiara – AM, com consulta pública no primeiro dia de auditoria. A verificação foi realizada na sede da empresa, nas frentes de campo na qual foram verificadas as condições de trabalho na frente de operação, condições de alojamento, técnicas florestais de manejo de impacto reduzido, procedimentos documentados, registros de controle de produção, e documentos legais aplicáveis.

5.3.5. Informações confidenciais relativas a auditoria Fase II (CONFIDENCIAL)

5.3.6. Tratamento de Não Conformidades

Caso seja identificada alguma não conformidade durante o processo, o empreendimento deve tratar a mesma, e a evidência objetiva de cumprimento é requisito para emissão do certificado.

No processo de auditoria não foram apontados NCRs maiores que sejam condicionantes para a certificação.

5.3.7. Comissão de Certificação

O processo do EMF passará pela avaliação da comissão de certificação que valida a decisão tomada pelo Imaflora (quando aplicável).

6. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS

6.1. Descrição do Processo de Consulta a Partes Interessadas:

Durante a auditoria foram conduzidas entrevistas com trabalhadores florestais para verificar as condições de trabalho dentro do EMF.

O objetivo da estratégia de consulta a partes interessadas para a avaliação foi:

- 1) Assegurar que o público esteja consciente e informado sobre o processo de avaliação de certificação e seus objetivos.
- 2) Auxiliar a equipe de avaliação na identificação de tópicos potenciais.
- 3) Fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências.

Esta divulgação compreendeu as formas descritas abaixo.

Publicação do Comunicado Público e Questionário da consulta pública na página eletrônica do Imaflora em 23/10/2017, no seguinte local: <http://www.imaflora.org/consulta-publica.php>

Envio, por e-mail, de comunicado e link dos documentos da certificação para as partes interessadas no processo e retorno, conforme abaixo:

Classificação da parte interessada	Número de	Número de pessoas/entidades
---	------------------	------------------------------------

	pessoas/entidades informadas	consultadas ou que ofereceram algum comentário
Associações	-	-
Auditores Externos	37	-
Colaboradores ASI	01	-
Colaboradores CERFLOR	4	-
Colaboradores do FSC	02	-
Colaboradores do Imaflora	25	-
Colaboradores Rainforest Alliance	03	-
Comunidade	106	-
Empreendimento Certificado	20	-
Instituição Religiosa	-	-
Instituições Acadêmicas	19	-
Instituições de Ensino	-	-
ONGs Ambientais	09	-
ONGs Sociais	30	-
Organizações governamentais	271	-
Outros	03	-
Prestadoras de serviços	25	-
Sindicatos	02	-
Sistema de certificação	-	-

O relatório automático do sistema de envio dos e-mails (Constant Contact) mostra que 556 e-mails foram enviados, sendo que 111 foram abertos e 01 teve seus links acessados, mas 48 e-mails não foram recebidos pelo destinatário por motivos diversos.

Esse sistema de envio filtra os e-mails em duplicidade e considera apenas uma vez o envio.

Não recebemos nenhum retorno pela comunicação do Imaflora através do e-mail consultapublica@imaflora.org.

Na consulta pública realizada presencialmente em Itacoatiara – AM, foram levantados apenas pontos positivos da atuação da empresa, relativos à sua atuação em convênios pela educação.

6.2. Comentários recebidos na consulta prévia e tratamento das demandas

As atividades de consulta a partes interessadas foram organizadas para dar aos participantes a oportunidade de fornecer comentários de acordo com categorias gerais de interesse baseadas nos critérios de avaliação. A tabela a seguir resume os itens identificados pela equipe de avaliação, com uma rápida discussão de cada um, baseados em entrevistas específicas ou comentários em reunião pública.

Princípios	Comentários de interessados	Resposta do Imaflora
Princípio 1	Não foram apresentados	Somente pontos positivos foram

	comentários que demandem investigação durante a auditoria	apresentados por partes interessadas, relativos a convênios para educação de trabalhadores e parentes.
Princípio 2	Não foram apresentados comentários que demandem investigação durante a auditoria	Somente pontos positivos foram apresentados por partes interessadas, relativos a convênios para educação de trabalhadores e parentes.
Princípio 3	Não foram apresentados comentários que demandem investigação durante a auditoria	Somente pontos positivos foram apresentados por partes interessadas, relativos a convênios para educação de trabalhadores e parentes.
Princípio 4	Não foram apresentados comentários que demandem investigação durante a auditoria	Somente pontos positivos foram apresentados por partes interessadas, relativos a convênios para educação de trabalhadores e parentes.
Princípio 5	Não foram apresentados comentários que demandem investigação durante a auditoria	Somente pontos positivos foram apresentados por partes interessadas, relativos a convênios para educação de trabalhadores e parentes.

6.3. Descrição das não conformidades Encontradas (NCRs)

Uma não conformidade é uma discrepância ou falha identificada durante a avaliação, entre algum aspecto do sistema de gestão do EMF e um ou mais requisitos de certificação. Dependendo da gravidade da não conformidade, a equipe de avaliação a classifica como uma não conformidade maior ou menor.

- **Não conformidade Maior** é resultante de uma falha fundamental para atingir o objetivo do critério. Uma série de não-conformidades menores de um requerimento pode ter um efeito cumulativo e ser considerada uma não conformidade maior.
- **Não conformidade Menor** é uma não conformidade não-usual, temporária ou não-sistemática, para a qual os efeitos são limitados.

A seção a seguir descreve as atividades do empreendimento certificado visando o cumprimento de cada NCR aplicável, estabelecida durante avaliações anteriores. Para cada NCR solicitada são apresentadas as evidências de auditoria e a descrição de seu estado atual, em conformidade com as categorias da tabela abaixo. A seguinte classificação é usada para indicar a situação de cada NCR:

Categorias de situação	Explicação
Encerrada	A operação cumpriu satisfatoriamente a NCR.
Aberta	A operação <u>não cumpriu</u> ou <u>cumpriu parcialmente</u> a NCR.

NCR#:	01/17	Classificação de NCR	Maior	Menor X
Norma & Requisito:	ABNT NBR 15789:2013 - Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para florestas nativas Critério 1.1 a)			
Seção do Relatório:	Anexo III			
Descrição das Evidências de Não Conformidade:				

<p>Requisito</p> <p>1.1 A organização deve realizar as atividades pertinentes ao manejo das florestas, de acordo com as legislações e regulamentos florestais e ambientais vigentes.</p> <p>a) Existência de procedimentos de identificação da legislação e outros regulamentos aplicáveis às atividades de implantação e manejo da área de manejo florestal, como os da OIT nº 169 e da declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;</p> <p>Não-conformidade:</p> <p>O levantamento de legislações não contemplou as legislações relacionadas a questões trabalhistas, destinação de resíduos e efluentes, normativas de segurança do trabalho.</p> <p>Evidências objetivas:</p> <p>Levantamento de legislações aplicáveis.</p>	
Solicitação de Ação Corretiva:	<p>O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionados.</p> <p>Nota: Ações corretivas eficazes concentram-se na ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como na causa fundamental, de modo a eliminar e prevenir a recorrência da não conformidade.</p>
Prazo para a Adequação	Até a próxima auditoria de manutenção
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	PENDENTE
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	PENDENTE
Status do NCR:	ABERTO
Comentários (opcional):	-

NCR#:	02/17	Classificação de NCR	Maior	Menor X
Norma & Requisito:	ABNT NBR 15789:2013 - Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para florestas nativas Critério 1.3 e)			
Seção do Relatório:	Anexo III			
Descrição das Evidências de Não Conformidade:				
<p>Requisito</p> <p>As legislações trabalhista, previdenciária e tributária devem ser cumpridas.</p> <p>e) Existência de um programa implementado de gestão de segurança e de saúde do trabalho.</p> <p>Não-conformidade:</p> <p>Não há estabelecida uma política de segurança, com objetivos específicos e metas mensuráveis que seja evidência de um programa de segurança do trabalho.</p> <p>Evidências objetivas:</p> <p>Entrevistas com os responsáveis pela segurança do trabalho.</p>				
Solicitação de Ação Corretiva:	<p>O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionados.</p> <p>Nota: Ações corretivas eficazes concentram-se na ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como na causa fundamental, de modo a eliminar e prevenir a recorrência da não conformidade.</p>			
Prazo para a Adequação	Até a próxima auditoria de manutenção			
Evidências Fornecidas pelo	PENDENTE			

Empreendimento:	
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	PENDENTE
Status do NCR:	ABERTO
Comentários (opcional):	-

NCR#:	03/17	Classificação de NCR	Maior	Menor X
Norma & Requisito:	ABNT NBR 15789:2013 - Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para florestas nativas Critério 4.3 e)			
Seção do Relatório:	Anexo III			
Descrição das Evidências de Não Conformidade:				
<p>4.3. A organização deve adotar uma política de uso racional de defensivos agrícolas, óleos e combustíveis e de destinação dos seus resíduos e embalagens.</p> <p>4.3.e. Existência de sistema de controle e de destino de resíduos de defensivos agrícolas, óleos e combustíveis e de suas embalagens;</p> <p><i>Não conformidade: A empresa não possui um sistema de controle e de destino de resíduos de óleos, combustíveis e de suas embalagens.</i></p> <p><i>Evidencias objetivas:</i> Os certificados de destinação dos resíduos de óleo, combustíveis e lubrificantes apresentados, datam de 30 de outubro de 2014 e de 25 de novembro de 2015, com quantidade 5200 lts e 5000 lts, respectivamente. Os resíduos de óleo das safras de 2016 e de 2017 não foram destinados e estão armazenadas em local adequado para este fim. A estimativa de produção de resíduo anual pela empresa, conforme documento “média e projeção da geração de resíduos de 2017”, apresenta um valor de 32.735,0 litros, uma quantidade seis vezes maior do que repassado a empresa licenciada em 2014 e 2015. Assim, considerando que não há outros certificados de destinação das safras 2016 e 2017, e que a quantidade estimada não está coerente com a média e projeção realizada, não é possível evidenciar que houve um controle e destino apropriado dos resíduos de óleos e combustíveis.</p>				
Solicitação de Ação Corretiva:	<p>O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionados.</p> <p>Nota: Ações corretivas eficazes concentram-se na ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como na causa fundamental, de modo a eliminar e prevenir a recorrência da não conformidade.</p>			
Prazo para a Adequação	Até a próxima auditoria de manutenção			
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	PENDENTE			
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	PENDENTE			
Status do NCR:	ABERTO			
Comentários (opcional):	-			

NCR#:	04/17	Classificação de NCR	Maior	Menor X
Norma & Requisito:	ABNT NBR 15789:2013 - Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para florestas nativas 4.4.d).			
Seção do Relatório:	Anexo III			

Descrição das Evidências de Não Conformidade:	
<p>4.4. A organização deve adotar e implementar uma política para a redução, reutilização, reciclagem ou tratamento adequado de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões gasosas.</p> <p>4.4.d. Existência de planos de controle e monitoramento de derrames e vazamentos</p> <p><i>Não conformidade: A empresa não possui um plano de controle e monitoramento de derrames e vazamentos</i></p> <p><i>Evidências objetivas:</i> Não há evidências sobre o monitoramento da ocorrência de possíveis derramamentos. Ausência de informações sobre controle e monitoramento de vazamentos e derrames no caso dos defensivos químicos OSMOSE CP50 e OSMOTOX, uma vez que o procedimento apresentado não contém detalhamentos sobre como proceder em caso de vazamentos e derrames.</p>	
Solicitação de Ação Corretiva:	<p>O Empreendimento deverá implantar ações corretivas a fim de demonstrar conformidade com o(s) requisito(s) acima mencionados.</p> <p>Nota: Ações corretivas eficazes concentram-se na ocorrência específica descrita nas evidências acima, bem como na causa fundamental, de modo a eliminar e prevenir a recorrência da não conformidade.</p>
Prazo para a Adequação	Até a próxima auditoria de manutenção
Evidências Fornecidas pelo Empreendimento:	PENDENTE
Informações Obtidas para Avaliação das Evidências	PENDENTE
Status do NCR:	ABERTO
Comentários (opcional):	-

6.4. Observações

Observações podem ser identificadas quando questões ou os estágios iniciais de um problema são identificados e não constituem uma não conformidade, mas que o auditor considera que pode ser uma não conformidade futura, se ações não forem tomadas pelo EMF. Uma observação pode ser um sinal de aviso para um problema específico, se não tratada, podendo virar uma NCR no futuro (ou uma pré-condição ou condição na recertificação)

OBS 01/17	Referência ao padrão:
Descrição das evidências encontradas:	
Observação:	

--

OBS 01/17	Referência ao padrão: ABNT NBR 15789:2013 - Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para florestas nativas 4.3.b
<p>Descrição das evidências encontradas: Os registros diários da aplicação de químicos na atividade de imunização da madeira, são feitos em papel e depois sistematizados em ficha de controle específica. Há um risco de que o controle sistematizado esteja incompleto, uma vez que se verificou registros antigos da atividade que não foram sistematizados.</p>	
<p>Observação: Recomenda-se que a empresa desenvolva ações para reduzir o risco da atividade, conforme mencionado.</p>	

OBS 02/17	Referência ao padrão: ABNT NBR 15789:2013 - Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para florestas nativas 3.4.a.
<p>Descrição das evidências encontradas: Foi apresentado o documento “Plano de recuperação de infraestrutura, v.28/11/2017” com a localização das áreas degradadas da área Largo do Anebá, consideradas pela empresa. Também foi apresentado o documento “Planejamento das estradas na UPA FLA01”, que mapeia as possíveis áreas de empréstimo existente na área. Os dois documentos contém informações complementares sobre a existência e localização de áreas de cascalheira e empréstimo. Emite-se esta OBS devido ao risco de que nem todas as áreas degradadas tenham sido devidamente adicionadas ao Plano de recuperação, uma vez que não há uma metodologia para tal processo.</p>	
<p>Observação: Recomenda-se que a empresa desenvolva ações para reduzir o risco da atividade, conforme mencionado.</p>	

OBS 03/17	Referência ao padrão: ABNT NBR 15789:2013 - Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para florestas nativas 2.1.a
<p>Descrição das evidências encontradas: A identificação, caracterização e análise dos impactos ambientais e físicos significativos, e suas medidas para evitá-los, mitigá-los ou compensá-los são apresentadas na “Matriz de Impactos e Medidas Preventivas e Compensatórias”, item 06 do documento “Procedimento Operacional PC-003/2011 – Diagnóstico e tratamento de impactos ambientais, revisão de 22/09/2017”. Os documentos são suficientes para comprovar conformidade. Há um risco de que a identificação dos impactos ambientais não esteja atualizada, uma vez que a periodicidade da análise de impactos não está descrita, e que impactos positivos não estejam sendo contabilizados.</p>	
<p>Observação: Recomenda-se que a empresa desenvolva ações para reduzir o risco da atividade, conforme mencionado.</p>	

6.5. Conclusões de auditoria

Baseado na conformidade do EMF em relação aos princípios e critérios, a equipe de auditoria recomenda:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Requisitos <u>atendidos</u> , Certificação recomendada Mediante aceitação dos NCRs aplicados: NCRs #01, 02, 03 e 04/17.
<input type="checkbox"/>	Requisitos de certificação <u>não atendidos</u> : NCR(s) não atendida(s); suspensão req.
Comentários adicionais:	-
Problemas identificados como controversos ou de difícil avaliação.	-

ANEXO I – Escopo do EMF

(OBSERVAÇÃO: formulário a ser preenchido pelo cliente antes da auditoria. As informações devem ser verificadas pela equipe de auditoria).

Informações sobre o empreendimento de manejo florestal:			
Nome Legal do EMF:	Mil Madeiras Preciosas Ltda.		
Jurisdição Legal do EMF:	Itacoatiara – AM.		
Tipo de pessoa jurídica:	Sociedade Limitada		
Pessoa de Contato (público)	Marcos de Souza.		
Código do certificado	Avaliação		
Período do Relatório	Avaliação	Datas	-

1. Escopo do certificado

Tipo do Certificado: UMF Único

Novas UMFs adicionadas desde a certificação Sim Não Não aplicável (aval)

Certificado de grupo: atualização da Lista de UMF e lista de membros do grupo: N/A.

Certificado Único/Múltiplo UMF: Lista de cada fazenda do escopo do certificado:

Fazenda	Área	Tipo da Floresta	Localização Latitude/Longitude ¹
Dois Mil	86.504,96 ha	Natural	Entre 02°30'S 59°00'W0 e 03°00'S e 58°30'W
Saracá	42.000,00 ha	Natural	Entre 02°30'S 59°00'W0 e 03°00'S e 58°30'W
Caribe	6.000 ha	Natural	Entre 02°30'S 59°00'W0 e 03°00'S e 58°30'W
Monte Verde	15.000 ha	Natural	Entre 02°30'S 59°00'W0 e 03°00'S e 58°30'W
Itapiranga 23	5.900,40 ha	Natural	Entre 02°30'S 59°00'W0 e 03°00'S e 58°30'W
Itapiranga 14	16.401,00 ha	Natural	Entre 02°30'S 59°00'W0 e 03°00'S e 58°30'W
Itapiranga IX	36.073,68 ha	Natural	Entre 02°30'S 59°00'W0 e 03°00'S e 58°30'W
Itapiranga XI	7.162,60 ha	Natural	Entre 02°30'S 59°00'W0 e 03°00'S e 58°30'W
Largo do Anebá	12.000 ha	Natural	Entre 02°30'S 59°00'W0 e 03°00'S e 58°30'W

<input type="checkbox"/>	Produto	Espécies
<input checked="" type="checkbox"/>	Madeira em Toras	<i>Osteophloeum platyspermum</i> ; <i>Brosimum parinarioides</i> Ducke; <i>Parkia pendula</i> (Willd.) Benth. ex Walp.; <i>Hymenolobium cf. modestum</i> Ducke ; <i>Pithecellobium incuriale</i> (Vell.) Benth. ; <i>Dinizia excelsa</i> Ducke; <i>Iryanthera paraensis</i> Huber; <i>Protium paniculatum</i> Engl.; <i>Protium puncticulatum</i> J F Macbr. ; <i>Lecythis zabucajo</i> Aubl. ; <i>Scleronema micranthum</i> Ducke; <i>Swartzia corrugate</i> ; <i>Dipteryx odorata</i> (Aubl.) Willd.; <i>Goupia glabra</i> Aubl.; <i>Vatairea paraensis</i> Ducke; <i>Clarisia racemosa</i> Ruiz & Pav.; <i>Silvia iatuba</i> ; <i>Lecythis poiteuai</i> ; <i>Hymenaea courbaril</i> L.;

¹ O ponto central de uma UMF continua ou grupo ou propriedades dispersas que conjuntamente compreendem uma unidade de manejo. A latitude e longitude deve ser apresentada em graus decimais com no máximo 5 decimais.

		<i>Licaria rígida; Licaria aritu Ducke; Roupala montana Aubl.; Ocotea rubra Mez; Mezilaurus itauba (Meisn.) Taub. ex Mez; Ocotea fragrantissima Ducke; Aniba parviflora; Qualea paraensis Ducke; Simarouba amara Aubl.; Manilkara huberi (Ducke) Chevalier; Alexa grandiflora; Brosimum rubescens; Caryocar glabrum (Aubl.) Pers.; Parkia paraenses; Aspidosperma desmanthum Benth. ex Müll. Arg.; Caryocar villosum; Enterolobium shomburgkii; Diplotropis racemosa (Hoehne) Amshoff ; Andira parviflora Ducke; Couratari guianensis; Cariniana rubra; Tachigalia spp.; Sclerobium chrysophyllum; Buchenavia viridiflora.; Cariniana micrantha Ducke ; Ormosia paraenses; Piptadenia suaveolens Miq.; Endopleura uchi (Huber) Cuatrec.; Tabebuia serratifolia (Vahl) G.Nichols.; Andira laurifolia Benth; Calophyllum brasiliense Cambess; Diallum guianense (Aubl.) Sandwith; Manilkara calvancantei Pires; Eschweilera coriacea (DC); Astronium lecointei Duck; Peltogyne catinae Duck</i>
<input type="checkbox"/>	Carvão de madeira	-
<input type="checkbox"/>	Madeira em partículas/ cavaco	-
<input type="checkbox"/>	Madeira impregnada/ tratada	-
<input type="checkbox"/>	Madeira sólida serrada	-
<input type="checkbox"/>	Produtos florestais não madeireiros	-
<input type="checkbox"/>	Other	-

2. Informação do EMF

Não há mudanças desde o relatório anterior (se não houver mudanças desde o relatório anterior, deixe a seção em branco)

Zona Florestal	Tropical
Área certificada por tipo de floresta	
- Natural	227.044,81 ha
- Plantação	0 ha
Margens de rios e corpos de água	- Quilômetros lineares

3. Classificação da área florestal

Não há mudanças desde o relatório anterior (se não houver mudanças desde o relatório anterior, deixe a seção em branco)

Área total certificada	227.044,81 ha
1. Total da área florestal no escopo do certificado. Total da área florestal no escopo do certificado	219.137,02 ha
a. Área de produção florestal	152.627,55 ha
b. Área florestal não produtiva	66.509,47 ha
- Áreas de proteção florestal (reservas)	55.313,08 ha
- Áreas protegidas sem operação de colheita e manejadas somente para produção de NTFP ou serviços	11.196,39 ha
- Remanescentes florestais não produtivos	4.254,04 ha

2. Área não florestal (ex., margens de rios, formações rochosas, campos, etc.)	8.147,07 ha
--	-------------

5. Trabalhadores

Número de trabalhadores incluindo funcionários, de meio-expediente e trabalhadores temporários:

Número total de trabalhadores	162 Trabalhadores	
- Do total de trabalhadores listados acima:	156 Homens	6 Mulheres
Número de acidentes graves	0	
Número de fatalidades	0	

ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas (CONFIDENCIAL)

ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal

A tabela a seguir demonstra a conformidade ou não com o padrão de manejo florestal usado para a auditoria, conforme exigência da ABNT NBR 15789:2013.

P & C	Conformidade: Sim, Não	Descrição do Atendimento dos requisitos da Norma (incluir os elementos organizacionais que foram avaliados)	NCR/OBS (#)
Princípio 1: Cumprimento da Legislação			
1.1		<p>A organização deve realizar as atividades pertinentes ao manejo das florestas, de acordo com as legislações e regulamentos florestais e ambientais vigentes.</p> <p>a) Existência de procedimentos de identificação da legislação e outros regulamentos aplicáveis às atividades de implantação e manejo da área de manejo florestal, como os da OIT nº 169 e da declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas; e</p> <p>b) Existência de registros que comprovem o atendimento à legislação e outros regulamentos aplicáveis as atividades realizadas na área de manejo florestal.</p>	
	a) Não	<p>O EMF realizou a contratação de um escritório especializado em advocacia para realização do levantamento da legislação ambiental aplicável ao manejo florestal. Este mesmo escritório, já presta serviços de assessoria jurídica para qualquer caso necessário, como ações de contestação de propriedade, ações trabalhistas, etc. Porém, na lista de leis apresentada neste levantamento estão abrangidas apenas a legislação ambiental aplicável. O levantamento não contemplou as legislações relacionadas a questões trabalhistas, destinação de resíduos e efluentes, normativas de segurança do trabalho. Aplica-se o NCR Menor 01/17.</p>	NCR #01/17 Menor.
	b) Sim	<p>Os documentos referentes às atividades realizadas no manejo florestal da empresa (procedimentos operacionais, planos, PMFS, POA e Relatório Pós-exploratório) seguem a legislação e regulamentos aplicáveis à atividade executada. A base da legislação é apresentada no documento “Lista de legislações ambientais e florestais final - certificação cerflor” de 01 de dezembro de 2017.</p>	-
1.2		<p>Os direitos das populações locais, tradicionais e indígenas, de uso e de ocupação das terras florestais, devem ser respeitados, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>a) Evidências de que são respeitados os direitos legais e tradicionais não predatórios das populações locais, tradicionais e indígenas;</p> <p>b) Evidências de que as divisas entre as áreas vizinhas ou limítrofes e a área de manejo florestal estão identificadas, delimitadas e são respeitadas.</p> <p>c) Existência de documento de direito de uso, domínio ou posse da terra, de acordo com a legislação agrária vigente;</p>	

		<p>d) Evidência de que a organização age de forma efetiva para a resolução de eventuais conflitos ou demandas jurídicas relacionadas com a posse da terra e prejuízos causados a terceiros;</p> <p>e) Evidência de que é propiciado às populações locais acesso adequado às florestas com o propósito recreativo, respeitados os direitos de propriedade, os efeitos sobre os recursos florestais e ecossistemas, bem como a compatibilidade com outras funções da floresta.</p>	
a)	Sim	<p>O EMF apresentou um mapeamento das comunidades da circunvizinhança e de suas áreas de uso dentro da UMF. O mapa “Localização das áreas de interesse comunitário” apresenta a identificação das comunidades: Sagrado Coração de Jesus, São João Batista, Nossa Senhora Aparecida, Santana do Anebá, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Livramento, São José do Caru, Novo Paraíso, e São Geraldo. O mapa identifica claramente as áreas de uso tradicional, e na presente auditoria foram feitas consultas a duas destas comunidades: Novo Paraíso (localizada dentro da UMF) e São Geraldo (fora da UMF, mas com áreas de uso na UMF); os consultados de ambas as comunidades relataram nas entrevistas que o acesso é livre para os membros da comunidade que fazem coleta de produtos florestais não madeireiros.</p>	-
b)	Sim	<p>Há mapeamento das áreas de posse e uso das comunidades da circunvizinhança evidenciado através dos mapas: “Localização das áreas de interesse comunitário”, “Fazenda Largo do Anebá – área de uso tradicional comunitário” que além de identificar as áreas de uso, apresenta um mapeamento das árvores (identificando espécies) de interesse não-madeireiro dentro da UMF.</p>	-
c)	Sim	<p>Foram evidenciados através das matrículas de registro de imóveis das fazendas, a propriedade sobre a terra. Foram apresentadas matrículas da Fazenda Dois Mil (86.504 hectares), Fazenda Itapiranga XI (7.162 hectares), Saracá (42.000 hectares), Fazenda Caribe (6.000 ha) Fazenda Largo do Anebá (4 lotes totalizando 12.000 hectares), Fazenda Itapiranga IX (36.073 hectares), Fazenda Monte Verde (15.000 hectares), Itapiranga 23 (5.900 ha), Itapiranga 14 (16.401 ha).</p>	-
d)	Sim	<p>O EMF apresentou o procedimento documentado “PC 004/2011 - Programa Interno de Resolução de Conflitos” que apresenta tratativas para os casos de conflitos pela posse da terra. Há ações diferenciadas estabelecidas para posseiros instalados antes do estabelecimento do PMFS, após o empreendimento, e novos ou potenciais, e litígios</p>	-

		de títulos sobrepostos. Foi apresentada uma lista de casos de processos fundiários, que demonstra que a empresa possui ações para estabelecimento de acordos jurídicos com as partes contestantes, e que há o monitoramento sobre os casos.	
e)	Sim	O mapeamento das áreas de uso comunitário realizado, demonstra que há livre acesso para os membros das comunidades, para fins de coleta de produtos não-madeireiros, caça e pesca de subsistência, e inclusive há um mapeamento apresentado no documento “Mapa de plantio de Castanha – projeto de uso comunitário” que apresenta uma área de 152,8 há de plantio de castanha para projeto de coleta pelos comunitários, dentro da fazenda Dois Mil.	-
1.3.	<p>As legislações trabalhista, previdenciária e tributária devem ser cumpridas.</p> <p>a) Evidência de que as questões previdenciárias de todos os trabalhadores florestais estão em conformidade com a legislação vigente;</p> <p>b) Evidência de que todos os aspectos relacionados com a legislação trabalhista estão em conformidade com as legislações vigentes, incluindo os acordos coletivos, convenções coletivas e normas regulamentadoras do trabalho. O empreendimento deve atender as convenções da OIT 29, 87, 98, 100, 105, 111, 138 e 182, que compreendem assuntos como a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva, a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório, a abolição efetiva do trabalho infantil, e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e profissão;</p> <p>c) Evidência de que a organização está em dia com as suas obrigações tributárias e fiscais;</p> <p>d) Evidência de que são tomadas medidas junto aos prestadores de serviços, visando à sua conformidade com a legislação trabalhista, tributária, previdenciária, normas regulamentadoras do trabalho, acordos e convenções coletivas; e</p> <p>e) Existência de um programa implementado de gestão de segurança e de saúde do trabalho.</p>		
a)	Sim	Foi apresentada certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos a tributos federais e a dívida ativa da união, emitida pela Receita Federal, referente a contribuições sociais, válida até 14/01/2018 de código DD11.8CC0.9F8D.15BD.	-
b)	Sim	Foram apresentados os holerites de amostragem de funcionários, e comprovantes de pagamento dos benefícios e direitos. O empreendimento apresentou acordo coletivo de trabalho celebrado com o Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores da Indústria de Móveis de Madeira, e na Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeira Compensada e Laminada, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira de Itacoatiara – AM (STIMI) em 17 de outubro de 2017 e	-

		válido até 30 de junho de 2018.	
c)	Sim	Foram apresentadas evidências de regularidade tributária e fiscal. Foram apresentadas as certidões negativas de débitos referentes ao imposto sobre a propriedade territorial rural das fazendas componentes do escopo analisado; certidão negativas de débitos municipais (ISS) válida até 31/12/2017; certificado de regularidade do FGTS válido até 13/12/17; comprovante de pagamento de impostos federais: IRRF, ISS, PIS, COFINS, CSLL.	-
d)	Sim	O empreendimento apresentou procedimento denominado “ARH 12/2011 - Procedimento Interno - Prestação de Serviço” revisão 10/2016 que apresenta os controles estabelecidos para monitoramento da regularidade trabalhista, tributária, acordos, e normas regulamentadoras dos terceiros. Este procedimento contempla a verificação das certidões e comprovantes de pagamento de salários, benefícios e direitos dos terceirizados, além de verificação e acompanhamento em campo, da regularidade das condições de segurança, e registros de jornadas. Além dos registros analisados, foram realizadas entrevistas com funcionários terceiros, que demonstraram que as condições são similares aos trabalhadores próprios e que de forma geral há boa satisfação por parte dos funcionários.	-
e)	Não	O empreendimento possui um “Plano Geral de Controle do Monitoramento – PGCM 01/2014” revisão 09/17 que entre os monitoramentos implantados, prevêem o item “5.3 Medicina e Segurança do Trabalho” que é realizado pela equipe de Sustentabilidade em conjunto com o SESMT. Há monitoramentos amostrais por equipe, nas frentes de operação que monitoram o uso de EPIs, o comportamento seguro e as condições dos maquinários e equipamentos. Embora existam procedimentos, treinamentos, responsáveis e monitoramentos de saúde e segurança do trabalho, e uma meta geral de acidente zero, não há estabelecida uma política de segurança, com objetivos específicos e metas mensuráveis que seja evidência de um programa de segurança do trabalho conforme solicitado pelo requisito normativo. Aplica-se NCR Menor 02/17 .	NCR #02/17 Menor.
1.4	A organização deve divulgar aos envolvidos no manejo florestal a legislação vigente aplicável. a) Existência de procedimentos para a divulgação da legislação vigente aplicável; b) Evidência da eficácia dos mecanismos de divulgação da legislação vigente aplicável.		
a)	Sim	Os treinamentos oferecidos aos funcionários e os	-

		coordenadores de campo contemplam a divulgação da legislação, conforme constatado pelas entrevistas. Além disso, os procedimentos operacionais contemplam a execução das atividades dentro das normas legais.	
b)	Sim	A avaliação de campo nas frentes operacionais (corte, arraste, pré-arraste, construção de infraestruturas) e as entrevistas conduzidas, permitiram constatar que os funcionários conhecem a legislação e a seguem, uma vez que os procedimentos de campo são desenvolvidos contemplando a legislação ambiental.	-
Princípio 2: Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade			
2.1		<p>A organização deve adotar estratégias orientadas para o uso de manejo sustentáveis dos recursos florestais.</p> <p>a) Existência de procedimentos que visem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - identificar todos os aspectos ambientais sobre os quais se possa ter influência e os impactos ambientais decorrentes; - identificar, caracterizar e analisar os impactos ambientais significativos; - estabelecer medidas para potencializar impactos ambientais positivos; - estabelecer medidas para evitar, mitigar ou compensar impactos ambientais negativos significativos causados pela atividade de manejo florestal; <p>b) Evidência da adoção de práticas que indiquem o aproveitamento eficiente e ambientalmente adequado dos recursos florestais;</p> <p>c) Existência de procedimentos documentados para as atividades de tratamentos silviculturais, abertura e manutenção de estradas, colheita e transporte de produtos florestais;</p> <p>d) Evidência de procedimentos de proteção contra invasão de terra e a exploração ilegal de produtos florestais na área de manejo florestal.</p>	
a)	Sim	<p>A identificação, caracterização e análise dos impactos ambientais e físicos significativos, e suas medidas para evitá-los, mitigá-los ou compensá-los são apresentadas na “Matriz de Impactos e Medidas Preventivas e Compensatórias”, item 06 do documento “Procedimento Operacional PC-003/2011 – Diagnóstico e tratamento de impactos ambientais, revisão de 22/09/2017”.</p> <p>Os documentos são suficientes para comprovar conformidade. Há um risco de que a identificação dos impactos ambientais não esteja atualizada, uma vez que a periodicidade da análise de impactos não está descrita, e que impactos positivos não estejam sendo contabilizados. (OBS# 03/17).</p>	OBS# 03/17
b)	Sim	A análise dos procedimentos operacionais das atividades do Manejo florestal, conforme listagem abaixo indica que a empresa adota e aprimora práticas de aproveitamento eficiente e ambientalmente adequado dos recursos florestais:	-

- (a) PC-009/2008 – Inventário e Prospecção (v.31/07/2012). (Qualidade de fuste, oco, medição do diâmetro apropriado para corte de cada espécie, verificadores de monitoramento em campo);
- (b) PC-006/2007 – Corte de árvores (v. 17/09/2017). (treinamento dos funcionários, para avaliação correta dos recursos que serão explorados – abate de árvores apropriadas, execução correta das técnicas de corte, destopo e traçamento adequado para maior aproveitamento na indústria, checklist com verificadores de monitoramento)
- (c) PC-005/2007 – Pré arraste de toras (v. 13/05/2014). (aproveitamento de galhos grossos, abertura de trilhas de pre-arraste adequadas, checklist com verificadores de monitoramento da atividade)
- (d) PC-004/2007 – Arraste de toras (v.23/09/2017). (instruções para o arraste com proteção às arvores remanescentes, checklist com verificadores de monitoramento).
- (e) PC-001/2012 – Coleta de resíduos florestais (v.08/08/2012). (orientações sobre quais resíduos das atividades florestais podem ser utilizados para a geração de energia da empresa BK energia – são utilizados raízes, troncos, galhos das atividades de abertura de estradas e ramais, e da operação de corte, com dimensões específicas, orientações para preservação das remanescentes, checklist com verificadores de monitoramento da atividade)
- (f) PMFS (VIII Reformulação 2017) e POA (02 POA ITP11 2016_XI) vigentes orientam sobre as boas práticas para preservação das remanescentes, aumento de rendimentos dos recursos florestais e a utilização de resíduos.
- (g) PGCM-2014 – Plano Geral de Controle do Monitoramento, versão 09/2017. Orienta sobre os prazos e metodologia do monitoramento com base nos checklists de verificação de cada procedimento.
- (h) PC-003/2007 – Infraestrutura Florestal (v. 16/08/2014).
- (i) PC-012/2008 – Programa de Recuperação de áreas degradadas (v.24/09/2017).

As observações em campo, nas frentes de trabalho de

		<p>corte, construção de infraestrutura, pré-arraste e arraste, demonstraram que os funcionários conhecem e implementam os procedimentos mencionados acima. Não há evidências de tocos altos, despontamentos, toras esquecidas e rachaduras, demonstrando que os recursos estão sendo aproveitados corretamente.</p>	
c)	Sim	<p>A empresa possui procedimentos operacionais documentados e com controle de alteração para cada atividade operacional do Manejo Florestal. Foram analisados os seguintes documentos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) PC-003/207 – Infraestrutura Florestal (v. 16/08/2014) (b) PC-006/2007 – Corte de árvores (v. 17/09/2017). (c) PC-05/2007 – Pré arraste de toras (v. 13/05/2014). (d) PC-004/2007 – Arraste de toras (v.23/09/2017). (e) PC-001/2012 – Coleta de resíduos florestais (v.08/08/2012). (f) PC-012/2008 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (v.24/09/2017). (g) PC-002/2007 – Romaneio e Transporte de Toras (v. 25/04/2017). <p>O Plano de Manejo vigente (PMFS – pg.114 item 7.2 – silvicultura pós colheita), demonstra que o trato silvicultural adotado pela empresa é a regeneração natural, sem plantios de enriquecimento, mantendo a dinâmica própria da floresta. Por sua vez, em áreas degradadas (como cascalheiras e caixas de empréstimos) podem ser realizados plantios de espécies nativas, quando a regeneração natural não for suficiente (PC-012/2007).</p>	-
d)	Sim	<p>A empresa possui um procedimento documentado denominado “PC-001-1/2011 – Monitoramento Patrimonial e dos recursos naturais” (v.21/04/2014), no qual apresenta as ações e estratégias adotadas pela empresa para inibir as invasões de terra, exploração ilegal dos recursos naturais e roubos, dentro da área sob sua responsabilidade. Para tal, a empresa conta com um setor de segurança que executa rondas periódicas em pontos específicos e, em caso de ocorrência, encaminha as evidências aos órgãos ambientais competentes. Além disso, há controles de entrada e saída nas áreas da fazenda e parcerias com as comunidades locais e tradicionais para inibir invasores.</p>	-
2.2	<p>As operações florestais devem ser fundamentadas em plano de manejo florestal sustentável atualizado.</p> <p>a) Existência de plano de manejo florestal sustentável legalmente aprovado. Neste plano,</p>		

		<p>a área de manejo florestal deve ser claramente definida em mapas que mostram as características da área a ser manejada, incluindo-se, por exemplo, subdivisões, distribuição de recursos, assentamentos humanos, áreas socialmente significativas. Estas informações devem ser disponibilizadas no resumo público do plano de manejo florestal;</p> <p>b) Evidência de que o plano de manejo florestal sustentável incorpora consulta com os povos indígenas e comunidades locais que vivem dentro ou em áreas adjacentes à unidade manejo florestal, de forma a permitir a interação entre os valores destas populações locais e o uso dos recursos florestais pelas operações comerciais de manejo;</p> <p>c) Evidências de que o plano de manejo florestal assegura a sustentabilidade da exploração em prazo compatível com o ciclo de corte. Quando for o caso, o plano de manejo deve assegurar a incorporação de novas áreas. A justificativa do corte anual permitido deve incluir uma declaração sobre o ciclo de corte e/ou comprimento de rotação e especificar o diâmetro mínimo para cada espécie/grupo de espécies consideradas para colheita comercial;</p> <p>d) Existência de justificativas técnica e econômica documentadas para o dimensionamento das operações do manejo florestal;</p> <p>e) Existência de planejamento das operações pré-exploratórias, exploratórias, e pós-exploratórias, visando minimizar os impactos negativos causados pela exploração à floresta remanescente;</p> <p>f) Evidência de que o plano de manejo foi elaborado e é executado por profissional legalmente habilitado;</p> <p>g) Evidências de que a organização busca o aprimoramento da identificação botânica e de que medidas específicas para a proteção e conservação da fauna silvestre são incorporadas no plano de manejo;</p> <p>h) Evidência de que o plano de manejo florestal é monitorado e revisado por profissional legalmente habilitado, incorporando-se os resultados do monitoramento;</p> <p>i) Existência de procedimentos documentados de preparação e atendimento de emergências e de planos de contingência;</p> <p>j) Existência de inventário pré-exploratório contínuo, adequado ao planejamento, à avaliação da exploração e ao monitoramento da floresta;</p> <p>k) Evidência de que os objetivos e metas do plano de manejo são conhecidos pelos trabalhadores florestais e divulgados às populações locais.</p>	
a)	Sim	<p>O documento “VIII Reformulação 2017” refere-se ao Plano de Manejo protocolado em janeiro de 2017 e válido até o ano de 2022. Nele, estão descritos detalhadamente as características das áreas de manejo, com mapas sobre a localização das AMFs (pg. 12) e a localização das comunidades do entorno (pg. 30). A complementação da informação é apresentada nos Planos Operacionais Anuais (POA), onde foram analisados os planos das áreas de manejo vigentes na presente auditoria (POA da área Itapiranga 11 - documento “POA ITP11 2016_XI”). Nesse documento evidenciam-se as subdivisões das áreas de manejo (pg.9) e as áreas de importância para as</p>	-

		comunidades do entorno (pg.94), complementado pelos mapas “Comunidades - Castanhal_2017”; “Comunidades Locais - áreas de interesse” e “Mapa Extrativismo Largo do Anebá”. O resumo público de 2017 do PMFS vigente foi apresentado e disponibiliza todas as informações acima indicadas.	
b)	Sim	O Plano de Manejo é complementado pelo POA (plano operacional anual) da área de manejo ITP11, que traz em seu conteúdo informações referente à consulta com as comunidades locais sobre as suas áreas de uso e de interesse comunitário (fig. 05, pag.94). Essas informações são complementadas por mapas com a localização das áreas de uso e de importância para as comunidades “Comunidades - Castanhal_2017”; “Comunidades Locais - áreas de interesse” e “Mapa Extrativismo Largo do Anebá”. A empresa também promove junto às comunidades, capacitações e implementações de técnicas de coleta, pesquisas e promoção do extrativismo de produtos da sociobiodiversidade (Castanha do Brasil, Cumaru, Copaíba, Breu, Andiroba) realizado pelos comunitários (PMFS, pg.144).	-
c)	Sim	O ciclo de corte atualmente realizado pela empresa é de 35 anos, condicionado pelo órgão ambiental licenciador (IBAMA). Esse ciclo de corte está conforme com o que a legislação brasileira CONAMA determina para a produtividade anual da floresta, que seria de 0,86m³/hectare/ano. A empresa tem elaborado estudos sobre o incremento anual da floresta a partir dos dados das parcelas permanentes e atesta que sua intensidade de corte média é de 18m³/ha/ano (pg. 80). Assim, o ciclo de corte estabelecido assegura a sustentabilidade da exploração além do que é definido pela legislação ambiental (intensidade máxima de 30m³/ha/ano). O plano de manejo demonstra que novas áreas serão incorporadas (pg.81). Em relação ao diâmetro mínimo para corte (DMC), a empresa separou em duas categorias: (a) madeira serrada com DMC de 50 cm; (b) madeira em postes com DMC de 20 cm para Aquariquara e Abiurana Ferro, e 30 cm para Matamata preto. Justificativas técnicas para a utilização de determinados DMCs abaixo de 50 cm foram aprovados pelo órgão ambiental em memorando datado de nº 78/2003, de 25 de agosto de 2003.	-
d)	Sim	O dimensionamento das operações florestais tem como base suprir a demanda anual da empresa de 130 mil m³. O PMFS apresenta o tamanho das unidades de trabalho anuais (Uts) necessárias e as estratégias para atender a	-

		<p>demanda frente ao ciclo atual de 35 anos (pg.82). O tamanho das equipes é dimensionado para que as operações ocorram dentro do período permitido por lei para a exploração florestal (geralmente de meados de maio a dezembro). Também é descrita as quantidades e qualidades dos equipamentos utilizados para a exploração dos 130 mil m³ anuais (pg. 126). Visando o menor impacto ambiental na exploração florestal, a empresa optou por utilizar técnicas de maior custo operacional, aumentando o valor de produção por m³. No entanto, a decisão sobre as técnicas de menor impacto ambiental e social não inviabiliza economicamente o negócio da empresa (exploração madeireira, venda de madeira serrada e geração de energia).</p>	
e)	Sim	<p>O PMFS, em seu item 05 (pg. 83) descreve as atividades que são executadas durante a etapa pré-exploratória do manejo florestal, no item 06 (pg.101) as atividades da etapa exploratória e, em seu item 07 as atividades da etapa pós-exploratória (pg. 116). A descrição das atividades evidencia que as técnicas e procedimentos utilizados nas 03 etapas pela empresa são considerados como boas práticas no manejo florestal de florestas naturais, onde um dos objetivos é a minimização dos impactos negativos causados pela exploração florestal. O item 10 do PMFS (pg. 130) traz informações gerais sobre a forma de gerenciamento dos impactos pela empresa. A análise feita em campo durante a execução das atividades exploratórias permitiu constatar que os funcionários conhecem e seguem o planejamento definido na fase pré-exploratória e que são realizados monitoramentos contínuos para que os impactos ambientais sejam reduzidos ao longo da execução da exploração florestal.</p>	-
f)	Sim	<p>O plano de manejo foi reformulado em 2017 sendo válido até o ano de 2022 e elaborado por responsável técnico habilitado pelo nº CREA 150010-D/RJ. Foi apresentado documento de anotação de responsabilidade técnica (ART) da execução do manejo nas áreas ITP 9C (manejo executado em 2015/2016), nº 0000351652014 e ITP11 e FLA 01 (manejo executado em 2016/2017), nº AM20170084793.</p>	-
g)	Sim	<p>A empresa possui parceria com instituto de pesquisa onde há pesquisas publicadas e em andamento sobre a fauna e flora nas áreas de manejo. Uma lista com as espécies da fauna presente na área é apresentada no plano de manejo (pg. 25), sendo complementado por avaliações periódicas conforme documento “Plano de Monitoramento da fauna”</p>	-

		<p>e relatórios do monitoramento de campo realizados no ano de 2017. Em relação ao aprimoramento da identificação botânica, há procedimentos específicos que complementam o plano de manejo, como o procedimento “PC-009-2008 – Inventário 100% e Prospecção” (v.31/07/2012). Após 20 anos de manejo a empresa possui um extenso banco de dados de parcelas permanentes com medições e diagnósticos sobre a flora de suas propriedades. Dentre as pesquisas realizadas sobre a flora dentro da área de manejo encontram-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) Crescimento - Dinâmica e Produção da Floresta (concluída) (b) Qualidade das Espécies Forestais (concluída) (c) Sistema de Inventário Florestal (em andamento) (d) Estudo florístico e da distribuição espacial de espécies ameaçadas de extinção em uma área de manejo florestal na Amazônia (em andamento). 	
h)	Sim	<p>O Plano de Manejo apresentado foi atualizado no ano de 2017 por profissional legalmente habilitado pelo conselho de classe (CREA nº 150010-D/RJ). Em seu conteúdo, o documento vigente traz informações sobre medições e análises recentes das parcelas permanentes, mudanças na legislação, aprimoramento no uso de tecnologias e avaliações na incorporação de novas áreas. Em complementariedade ao Plano de Manejo, foram apresentados procedimentos operacionais com controle de alterações, o que demonstra que os resultados de monitoramentos e observações de melhoria são incorporados na gestão operacional do manejo florestal executado pela empresa. Exemplos de evidências obtidas:</p> <p>PC-004-2007 ARRASTE DE TORAS (v. 17/05/2012) PC-004-2007 ARRASTE DE TORAS (v. 23/09/2017) PC-006-2007 CORTE DE ÁRVORES (v. 17/05/2012) PC-006-2007 CORTE DE ÁRVORES (v. 17/09/2017). PGR-PWA Plano de Gerenciamento de Resíduos (v. 11/07/2016) PGR-PWA Plano de Gerenciamento de Resíduos_2017 (v. 10/11/2017)</p>	-
i)	Sim	<p>Foi constatado que o empreendimento implementou o procedimento “Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais” revisão de 07/2017, e o “Plano de Segurança do Trabalho e Primeiros Socorros nas atividades” revisão de 07/17. Foram apresentados registros de treinamentos executados nestes procedimentos, realizados em 06/11/17, e 29/06/17.</p>	-
j)	Sim	<p>O PMFS apresenta em seu quadro 10 (pg. 67) o resultado</p>	-

		do relatório das parcelas permanentes instaladas desde 1995 a 2017, cuja metodologia de monitoramento contínuo é detalhada na pg. 116. A metodologia do inventário 100% pré-colheita é apresentada na pg. 85 sendo realizada anualmente nas UPAs que serão exploradas com resultados apresentados nos POAs, para licenciamento da atividade.	
k)	Sim	As entrevistas com os funcionários de diferentes frentes do manejo florestal evidencia que os mesmos possuem clareza dos objetivos e metas do manejo, sendo atuantes no atendimento dessas metas. Além disso, há a divulgação do resumo público do plano de manejo florestal que demonstra a divulgação dos objetivos do manejo.	-
2.3		A organização deve implementar o manejo florestal apropriado às peculiaridades locais. a) Evidência de que a tecnologia empregada está fundamentada em resultados de estudos e pesquisas efetuados para condições semelhantes às da área de manejo florestal. Técnicas de manejo de impacto reduzido ou abordagens similares devem ser utilizadas; b) Evidência de revisão dos procedimentos documentados para execução das operações do manejo florestal; c) Evidência de que os procedimentos operacionais incorporam resultados bem-sucedidos e tecnicamente fundamentados de experiências, testes ou pesquisas realizados na região para melhoria da condução do manejo florestal; d) Evidência de que os equipamentos, máquinas e insumos são condizentes com as condições locais de topografia, solo e clima e com as características dos recursos florestais manejados; e) Evidência de que são implementados programas de treinamento e aprimoramento da mão de obra, com os seguintes objetivos: - capacitar tecnicamente os trabalhadores florestais; - evitar doenças e acidentes de trabalho; e - minimizar as ocorrências de impactos ambientais negativos; f) Evidência de que o manejo florestal contribui com as atividades de pesquisa e coleta de dados necessários ao manejo florestal sustentável ou apoia atividades de pesquisa relevantes realizadas por outras organizações.	
a)	Sim	O plano de manejo da empresa apresenta informações sobre as pesquisas realizadas na área e as parcerias estabelecidas com instituições de pesquisas em várias frentes do manejo executado: (a) Estudos realizados sobre a flora, fauna e as técnicas empregadas na área da empresa e parcerias com instituto de pesquisa de Manaus. • Crescimento - Dinâmica e Produção da Floresta (Tese concluída – UFAM, 2015) • Qualidade das Espécies Florestais (concluída) • Sistema de Inventário Florestal (Tese	-

		<p>concluída - UFAM, 2016)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo florístico e da distribuição espacial de espécies ameaçadas de extinção em uma área de manejo florestal na Amazônia (em andamento - INPA). • Controle da compactação do solo e da trafegabilidade de máquinas das operações de extração florestal realizada em escala empresarial na Amazonia Oriental. (em andamento – INPA) • Atributos do solo em área manejada (Tese concluída – UNB, 2013) • Coeficiente Rendimento Volumétrico de Tora Comercial (Tese concluída – INPA, 2016) • Condições ambientais do trabalho manejo (Tese concluída – INPA, 2017) • Dinâmica do Carbono - Mil Madeiras (Tese concluída – UFAM, 2015) • Planejamento da Exploração Florestal da Amazônia (Tese concluída – UNB, 2014) • Resíduos da Exploração Florestal (INPA, 2014) • Volumetria de Resíduos (Tese concluída – UFAM, 2013). <p>(b) O Sistema Silvicultural utilizado é o Sistema Celos, enriquecido com dados da EMBRAPA e INPA;</p> <p>(c) Utilização de dados das parcelas permanentes e inventários para a justificativa dos DMCs e da intensidade de corte;</p> <p>(d) Utilização de software específico para a gestão da cadeia de custódia</p> <p>Além disso, as entrevistas com gestores demonstram que são realizados testes empíricos de aprimoramento das técnicas do manejo e a viabilidade econômica para a alteração das práticas.</p>	
b)	Sim	<p>Foram apresentados procedimentos operacionais com controle de alterações, o que demonstra que os resultados de monitoramentos e observações de melhoria são incorporados na gestão operacional do manejo florestal executado pela empresa. Exemplos de evidências obtidas:</p> <p>PC-004-2007 ARRASTE DE TORAS (v. 17/05/2012)</p> <p>PC-004-2007 ARRASTE DE TORAS (v. 23/09/2017)</p> <p>PC-006-2007 CORTE DE ÁRVORES (v. 17/05/2012)</p> <p>PC-006-2007 CORTE DE ÁRVORES (v. 17/09/2017).</p>	-

		PGR-PWA Plano de Gerenciamento de Resíduos (v. 11/07/2016)	
c)	Sim	Diversas pesquisas científicas foram conduzidas nas áreas de manejo da empresa ao longo dos 20 anos de atividade. Aliada a essas pesquisas, o extenso banco de dados das parcelas permanentes permitiu que a empresa justificasse junto aos órgãos ambientais alterações nos diâmetros de corte de algumas espécies florestais. Observações em campo também evidenciaram que melhorias nas técnicas de construção de estradas foram implementadas através da experiência dos funcionários e gestores da empresa. A distribuição das caixas de empréstimos ao longo das estradas e o recobrimento das estradas secundárias e pátios de estocagem com material orgânico restante das operações foram aprimoramentos que favoreceram a regeneração natural da floresta explorada.	-
d)	Sim	Os equipamentos e máquinas utilizados em cada uma das atividades do manejo florestal da empresa são apresentados na pg. 125 do PMFS. Considerando a lista apresentada, aliada às observações das operações em campo e entrevistas com funcionários, constatou-se que todas as atividades são realizadas com equipamentos, máquinas e insumos apropriados e em condições adequadas de uso e segurança. Os funcionários trabalham com mecânicos à disposição, caso sejam necessários consertos ou substituição dos equipamentos. Além disso, o maquinário é apropriado para as condições de relevo e solo apresentadas, sendo que no planejamento as áreas inacessíveis aos equipamentos são detalhadas e excluídas do manejo. Em caso de chuvas fortes, que impossibilitem a execução da atividade, a interrupção é realizada, levando em consideração o impacto ambiental e segurança do trabalhador. Não é utilizado óleo queimado pelos motosserristas.	-
e)	Sim	O departamento de Sustentabilidade em conjunto com o Recursos Humanos, implementa anualmente um programa de treinamentos, evidenciado através do “Cronograma de Capacitação e Treinamentos – Geral Mil Madeiras Preciosas Ltda.” de 2017. Além deste documento, foram apresentados registros dos treinamentos realizados, em listas de presença assinadas pelos participantes. Através destes registros, foi evidenciado que há palestras voltadas para questões de saúde, como por exemplo, prevenção a doenças de pele, prevenção a doenças	-

		<p>sexualmente transmissíveis, tabagismo, alcoolismo, drogas, combate a hepatites virais, câncer de próstata entre outros.</p> <p>Outro grupo de assuntos identificado, são os treinamentos de segurança, como por exemplo, treinamento de atendimento a emergências, técnicas de armazenagem e movimentação de materiais, trabalho em altura, brigada de incêndio e primeiros socorros, operação de motosserra, trabalho com combustíveis e inflamáveis, integração de segurança de terceiros, entre outros.</p> <p>Além destes, há treinamentos de cunho socioambiental, como por exemplo, educação ambiental realizado no CETAM com as comunidades, reciclagem do programa de monitores ambientais comunitários, gerenciamento de resíduos, programa 5 S, princípios da certificação florestal, compostagem, gestão ambiental, legislação aplicável e princípios do CERFLOR realizado em 16/11/17, e artesanato.</p> <p>Este conjunto de evidências aliados com as entrevistas e observação direta tanto das equipes de funcionários, quanto pelas entrevistas com amostragem de comunitários demonstra que há um programa de treinamentos abrangente estabelecido.</p>	
f)	Sim	<p>Foram apresentados os convênios e parcerias com instituições de pesquisas (INPA e UEA) e o resultado de diversos estudos executados dentro das áreas de manejo da empresa.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento - Dinâmica e Produção da Floresta (Tese concluída – UFAM, 2015) • Qualidade das Espécies Florestais (concluída) • Sistema de Inventário Florestal (Tese concluída - UFAM, 2016) • Estudo florístico e da distribuição espacial de espécies ameaçadas de extinção em uma área de manejo florestal na Amazônia (em andamento - INPA). • Controle da compactação do solo e da trafegabilidade de máquinas das operações de extração florestal realizada em escala empresarial na Amazonia Oriental. (em andamento – INPA) • Atributos do solo em área manejada (Tese concluída – UNB, 2013) • Coeficiente Rendimento Volumétrico de Tora Comercial (Tese concluída – INPA, 2016) • Condições ambientais do trabalho manejo 	-

		<p>(Tese concluída – INPA, 2017)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica do Carbono - Mil Madeiras (Tese concluída – UFAM, 2015) • Planejamento da Exploração Florestal da Amazônia (Tese concluída – UNB, 2014) • Resíduos da Exploração Florestal (INPA, 2014) • Volumetria de Resíduos (Tese concluída – UFAM, 2013). 	
2.4		<p>Deve haver um procedimento implementado que permita rastrear o fluxo do produto florestal desde a sua origem.</p> <p>a) Existência de cadastro atualizado da área de manejo florestal;</p> <p>b) Existência de procedimentos documentados de identificação do produto florestal na área de manejo florestal;</p> <p>c) Existência de procedimentos documentados de identificação, proteção e manuseio do produto florestal nos depósitos intermediários de armazenamento; e</p> <p>d) Existência de registros de controle de estoque.</p>	
	a) Sim	Há registros sobre cada área manejada anualmente através do POA – Plano de Operação Anual, que em conjunto com o Plano de Manejo Florestal – VIII reformulação de janeiro de 2017, identificam as áreas de manejo. O inventário florestal é realizado com base nestes planos de execução e dão base para a rastreabilidade dos produtos florestais.	-
	b) Sim	O empreendimento implantou o procedimento documentado “PC-PR-FLO-001- Procedimento CoC Florestal” revisão 2, que estabelece diretrizes para o processo de rastreabilidade da madeira, até a entrega no pátio da serraria, onde se transfere a posse.	-
	c) N/A	Os produtos não passam por depósitos intermediários, são transportados dos pátios da floresta diretamente para a serraria. São mantidos os números de rastreabilidade conforme inventário florestal ao longo de todo o processo, conforme verificado em auditoria em campo.	-
	d) Sim	Foram apresentados registros de controle de estoque no sistema informatizado denominado “Blue Timber” no qual são feitos os controles de volumes cortados, e transportados.	-
Princípio 3: Zelo pela diversidade Biológica			
3.1		<p>Devem ser adotadas técnicas de proteção florestal e de manejo integrado de pragas e doenças.</p> <p>a) Existência de informações e recursos adequados para prevenção, vigilância e combate a incêndios florestais;</p> <p>b) Existência de informações e recursos adequados para prevenção e controle de pragas, doenças e espécies invasoras;</p>	

		c) Evidência de procedimentos que visem à utilização adequada e à minimização do emprego de defensivos agrícolas. Embora o uso de medidas biológicas seja preferível, estas devem também ser documentadas, monitoradas e controladas estritamente de acordo com a legislação vigente e protocolos científicos internacionalmente aceitos.	
a)	Sim	Foi elaborado pela empresa o Plano de Combate a Incêndios Florestais em 08/2013, atualizado em 07/2017. Nesse documento, as características dos incêndios florestais, suas causas e as atividades que podem gerá-los são descritas, em conjunto com as formas de prevenção, combate e os monitoramentos. O Plano de incêndios contempla a formação de uma brigada de incêndio, que está ativa (treinamento 29/06 com corpo de bombeiros e 06/11), e é adequada para a atividade desenvolvida. Mensalmente, a empresa obtém o boletim de focos de queimada e precipitação do Amazonas, conforme documento apresentado, datado de 20 a 27 de novembro de 2017.	-
b)	Sim	A atividade realizada é de manejo de florestas naturais e a empresa optou por não trabalhar com plantios de enriquecimento, sendo que a recuperação da floresta se dá por meio da regeneração natural. Segundo relatos, em caso de recuperação de áreas degradadas quando a regeneração natural não é suficiente, o plantio pode ser realizado com a utilização de espécies nativas da região. Sendo assim, não há procedimentos que utilizem espécies invasoras ou exóticas. Uma vez que não há incidência de plantio de espécies exóticas, as práticas de regeneração natural ou plantio de mudas nativas não ocasionam pragas e doenças que ataque a estrutura florestal e tampouco possuem qualidade de espécie invasora. Isso se deve ao caráter de alta diversidade da flora e fauna da floresta amazônica nativa, objeto de manejo da empresa, que se autorregula, não permitindo que doenças e pragas sejam difundidas e prejudique a floresta, como pode ocorrer em plantios homogêneos. Assim, tecnicamente esse indicador não é aplicável à empresa em avaliação.	-
c)	Sim	O documento “PC-003/2017 – Manuseio de produtos químicos para Imunicação”, v. 16/08/2017, indica o uso de dois defensivos químicos para tratamento da madeira verde, sendo um inseticida (Osmose CP50, cipermetrina – grupo dos piretróides) e um fungicida (Osmotox Plus, carbendazin). O inseticida Osmose CP50 é classificado como Classe II pela OMS, sendo um produto permitido pelo PEFC e com autorização de uso pelo IBAMA. Junto ao procedimento é apresentado o FISPQ do produto e as	-

		<p>observações de campo demonstram que sua utilização é apropriada. O documento apresenta as dosagens e processos de imunização que devem ser seguidos e o documento “atividade de imunização” define que o produto é aplicado somente em determinadas espécies e em uma quantidade reduzida. O produto ainda esta em fase de testes de viabilidade econômica e pode ter seu uso descontinuado na safra de 2018.</p>	
3.2		<p>Os recursos biológicos da área de manejo devem ser monitorados de modo a fornecer informações para a confirmação ou revisão do plano de manejo. O nível de monitoramento deve ser compatível com a escala das operações.</p> <p>a) Existência de iniciativa, apoio ou parceria para o monitoramento da fauna e da flora local;</p> <p>b) Evidência de incorporação dos resultados do monitoramento da flora e da fauna ao plano de manejo;</p> <p>c) Existência de monitoramento e controle de espécies de plantas e animais invasores, que possam alterar o equilíbrio entre as espécies ocorrentes.</p>	
a)	Sim	<p>A empresa possui parceria com instituto de pesquisa onde há pesquisas publicadas e em andamento sobre a identificação da fauna e flora na área de manejo. O PMFS 2017 apresenta uma lista (pg. 25) com as espécies da fauna presente na área, sendo complementado por relatório realizado anualmente, conforme documento “relatório de monitoramento de 2017”. Em relação ao monitoramento da flora, a empresa avalia periodicamente as parcelas permanentes instaladas ao longo dos aproximadamente 20 anos de atividade, onde informações sobre o crescimento da floresta são fornecidas. Além disso, os inventários 100% de espécies comerciais e de produtos da sociobiodiversidade são base para a avaliação da qualidade da floresta. No caso dos produtos da sociobiodiversidade, estudos técnicos produtivos são conduzidos pela empresa.</p> <p>As pesquisas científicas realizadas dentro da propriedade da empresa que foram apresentadas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento - Dinâmica e Produção da Floresta (Tese concluída – UFAM, 2015) • Qualidade das Espécies Florestais (concluída) • Sistema de Inventário Florestal (Tese concluída - UFAM, 2016) • Estudo florístico e da distribuição espacial de espécies ameaçadas de extinção em uma área de manejo florestal na Amazônia (em andamento - INPA). • Dinâmica do Carbono - Mil Madeiras (Tese concluída – UFAM, 2015) 	-

		<ul style="list-style-type: none"> Planejamento da Exploração Florestal da Amazônia (Tese concluída – UNB, 2014) 	
b)	Sim	<p>O Plano de Manejo vigente, reformulação de 2017, apresenta em seu conteúdo evidências que as informações das parcelas permanentes são utilizadas para justificar alterações em seus procedimentos e técnicas aplicadas ao manejo florestal, junto aos órgãos ambientais. Em relação a fauna, estudos conduzidos permitiram identificar o padrão de comportamento de animais em relação ao manejo. Entrevistas com funcionários indicam que algumas atividades de pós-exploração foram implementadas visando facilitar o retorno da fauna nas áreas de manejo, como a redução da altura dos resíduos ao longo das estradas e o fechamento das estradas secundárias com distribuição de camada orgânica no solo, melhorando a capacidade de recomposição florestal natural da floresta.</p>	-
c)	Sim	<p>Esse indicador não é aplicável, uma vez que o manejo executado é de floresta natural com corte seletivo e as práticas silviculturais não incluem plantio de enriquecimento com espécies exóticas que possam ter potencial de alterar o equilíbrio entre espécies ocorrentes. Além disso, ao se tratar da fauna, não há incidência de animais invasores, sendo somente presente na área de manejo animais silvestres próprios do habitat que se autorregulam na floresta. Não há evidências de que o manejo tenha causado alteração no equilíbrio biológico, uma vez que pesquisas realizadas na área demonstram que após o manejo a fauna retorna na área manejada (PMFS reformulação 2017, pg. 24).</p>	-
3.3	<p>As operações florestais devem ser executadas considerando a proteção dos ecossistemas remanescentes. Ecossistemas únicos com importância ambiental, arqueológica, histórica, cultural, ou social devem ser preservados.</p> <ol style="list-style-type: none"> Existência de procedimentos para a conservação da flora e da fauna dentro de seu habitat natural; Existência de procedimentos de proteção em caso de ocorrências de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas na área de manejo florestal; Existência de mapeamento, demarcação e proteção dos sítios arqueológicos, de valor cultural ou social; Identificação das unidades de conservação existentes na área de influência do empreendimento; Existência de clara definição, mapeamento e documentação das áreas de preservação permanente e de reserva legal, dentro da área de manejo; A conversão de florestal e outras formas de vegetação nativa em outros tipos de uso da terra, incluindo a conversão de florestas primárias para plantações florestais, não pode 		

		<p>ocorrer, a menos que em circunstâncias justificadas, onde a conversão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - esteja em conformidade com a política e legislações nacional, regional, e local pertinentes a o uso da terra e ao manejo florestal, assegurada a consulta às organizações e pessoas diretamente envolvidas; e - abranja uma pequena proporção do tipo de floresta; e - não tenha impactos negativos significativos sobre espécies ameaçadas, ecossistemas ameaçados (incluindo vulneráveis, raros ou em perigo), áreas cultural e socialmente significativas, habitats importantes de espécies ameaçadas ou outras áreas protegidas; - contribua para a conservação a longo prazo e/ou traga benefícios socioeconômicos relevantes. 	
a)	Sim	<p>Os procedimentos operacionais fornecidos pela empresa apresentam em seu conteúdo técnicas que promovem a conservação da flora e da fauna. As técnicas de corte, o planejamento e as atividades de arraste são aplicados de forma a causar o mínimo impacto possível nas espécies de árvores remanescentes, raras e protegidas. As entrevistas com os funcionários demonstram que na ocorrência de ninho de animais nas árvores selecionadas para corte, o abate é suspenso, como forma de proteger a fauna. Após a exploração, os cuidados pós-exploratórios tem como objetivo proporcionar melhor recuperação da floresta e retorno da fauna.</p> <p>A proibição da caça e pesca pelos funcionários das empresas e as rondas para inibir caçadores e invasores são medidas que protegem a fauna e flora das áreas de manejo.</p>	-
b)	Sim	<p>A empresa não faz a exploração de espécies de árvores que estão dentro da lista de ameaçadas do IBAMA. Além disso, na seleção das árvores para abate considera o que preconizado pela legislação ambiental como espécie rara, ou seja, manutenção de no mínimo 03 indivíduos da espécie em 100 hectares ou 10% na área da UPA (IN Nº 05/2006 – IBAMA). Para espécies vulneráveis, quando listadas na Lista Nacional de espécies da flora ameaçadas, o critério de manutenção é de no mínimo quatro indivíduos por espécie – ou 15% do total encontrado na UPA (IN nº01/2015 – IBAMA). Além disso, um total de 5% da área florestal da empresa é mantida como reserva absoluta, onde não há intervenções produtivas mantendo intacta a diversidade ecológica existente, espécies raras, ameaçadas e endêmicas da flora e da fauna. Essa área corresponde a 13.194,00 hectares.</p> <p>As observações em campo e a análise dos mapas de abate demonstram que as árvores protegidas, raras e remanescentes são sinalizadas no mapa. Quando</p>	-

		questionados, os funcionários souberam explicar com detalhes o significado dos símbolos no mapa e as técnicas do manejo para proteção desses indivíduos. Em relação a fauna, foi relatado que árvores que contenham ninhos, em especial do gavião real, não são abatidas. Todos tem conhecimento sobre a proibição de caça e pesca dentro da área de manejo.	
c)	Sim	Durante a atividade de talhamento das unidades de trabalho é feita a avaliação da existência de artefatos arqueológicos, considerado como um atributo de alto valor. O resultado da avaliação é apresentado nos Planos Operacionais Anuais, como verificado no POA da área ITP11 (pg. 96, fig. 06). Nessa área foram identificadas zonas de terra preta de índio com vestígios da passagem de indígenas. Essa área foi delimitada e as atividades são restringidas em um buffer de 30 metros de raio. O documento “áreas de alto valor para conservação Resumo para consulta pública, de agosto de 2017”, apresenta em seu conteúdo informações sobre áreas com indícios de presença de artefatos arqueológicos (pg.6).	-
d)	Sim	A área da empresa faz limite com uma unidade de conservação estadual, denominada Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDS do Uatumã), conforme verificado no mapa da propriedade.	-
e)	Sim	As áreas de preservação permanente, áreas inacessíveis e de reservas absolutas (áreas não manejadas) são identificadas para a área total da empresa com base em análises de informações geográficas, conforme dado pela figura 05 do PMFS (pg. 20) que demonstra a rede hidrográfica no interior da propriedade. A rede hidrográfica é mais bem detalhada na elaboração do POA, através da operação em campo de talhamento realizada durante o inventário 100%. Nessa etapa, as nascentes e cursos d’água de menor escala são identificados e mapeados, e a área de APP calculada e inserida ao mapa, onde as operações de manejo florestal serão limitadas (POA ITP11, pg. 17). Além disso, toda a execução das atividades em campo é baseada em mapas ampliados com as características da área onde serão realizadas as atividades: APPs, reservas absolutas e recursos a serem protegidos e explorados. A área de reserva legal refere-se a toda a área destinada para manejo, totalizando 193.777,76 hectares.	-
f)	Sim	Não aplicável. A empresa trabalha com manejo florestal de impacto reduzido, com corte seletivo de várias espécies de	-

		madeira em um ciclo de 35 anos e não pratica a conversão de florestas naturais para outros usos.	
3.4		As áreas degradadas dentro da área de manejo devem ser recuperadas ou recompostas, conforme a legislação vigente. a) Existência de mapas, croquis ou imagens que indiquem as áreas degradadas na área de manejo florestal; b) Existência de práticas silviculturais e procedimentos que visem à recuperação ou recomposição das áreas degradadas.	
	a) Sim	A empresa possui um procedimento operacional para a recuperação de áreas degradadas (PC-012/2008 – Recuperação de áreas degradadas, v.24/09/217), que indicam as atividades e situações que são caracterizadas como área degradada e quais são as ações a serem tomadas para sua recuperação. De forma geral, as técnicas utilizadas consistem na construção de estruturas que protejam a área que foi degradada e proporcione um ambiente adequado para sua recuperação. Em caso de estradas, pátios, caixas de empréstimos e cascalheiras, o material orgânico e vegetal que foi retirado é retornado ao local após o término da exploração, para possibilitar a regeneração do solo e da vegetação, acompanhado do bloqueio do acesso na área. Em casos mais específicos, podem ser conduzidos plantios de recuperação. Foi apresentado o documento “Plano de recuperação de infraestrutura, v.28/11/2017” com a localização das áreas degradadas da área Largo do Anebá, consideradas pela empresa. Também foi apresentado o documento “Planejamento das estradas na UPA FLA01”, que mapeia as possíveis áreas de empréstimo existente na área. Os dois documentos contêm informações complementares sobre a existência e localização de áreas de cascalheira e empréstimo. Emite-se OBS# 02/17 devido ao risco de nem todas as áreas degradadas terem sido devidamente adicionadas ao Plano de recuperação, uma vez que não há um protocolo para tal processo.	OBS #02/17
	b) Sim	Para a construção das estradas, quando necessário, a empresa retira material argiloso de áreas chamadas de caixas de empréstimo. O PMFS (pg. 101) e o procedimento operacional PC-003-2007 – Infraestrutura florestal (pg. 4) apresentam orientações para a abertura dessas caixas e define que após a retirada do solo, o material vegetal que foi extraído deve ser depositado de forma homogênea nesse local, onde deverá ser permitida a regeneração natural. O documento “PC-012/2008 – Recuperação de áreas degradadas, v.24/09/217” complementa a informação sobre as práticas e	-

		procedimentos que devem ser implementados. É previsto no procedimento a construção de caixas de empréstimos e cascalheiras com dimensões de até 2 mil m ² , realidade também encontrada em campo.	
3.5		As atividades de caça e pesca devem ser controladas na áreas de manejo florestal de acordo com a legislação vigente. a) Existência de medidas de vigilância e de controle de caça e pesca; b) Existência de instrumentos de sinalização e de advertência sobre o controle da caça e pesca; c) Existência de informações aos trabalhadores florestais e populações locais sobre o controle da caça e pesca.	
	a) Sim	O EMF estabeleceu um procedimento denominado “PC-001-1-2011- Monitoramento Patrimonial e dos Recursos Ambientais” revisão 2, que implementa um monitoramento ambiental da propriedade, e de invasões ou atividades não autorizadas que eventualmente possam ser identificadas dentro da UMF. Este monitoramento, contempla a verificação de ocorrências de caça e pesca ilegal e não autorizada, através de rondas feitas pela equipe da vigilância patrimonial, e além disso, pelo programa de monitores ambientais comunitários, estabelecido pela empresa. Estes monitores, que são moradores das comunidades, recebem uma ajuda de custo, e treinamento para informar a empresa qualquer invasão ou atividade de estranhos na área da empresa, próximas a suas residências ou que sejam de seu conhecimento.	-
	b) Sim	Há placas de sinalização nos acessos às áreas que informam se tratar de área privada, na qual é executado PMFS e que são proibidas atividades de caça e pesca, conforme constatado por observação direta nas estradas de acesso e dentro da UMF.	-
	c) Sim	No programa de ouvidoria estabelecido junto as comunidades são informadas as proibições de caça e pesca para fins comerciais por parte das comunidades tradicionais, e qualquer atividade de caça e pesca por pessoas que não sejam moradoras da comunidade. Além disso, todos os trabalhadores na integração anual são informados antes do início da safra, que é proibido realizar tais atividades, conforme relatos obtidos em entrevistas.	-
Princípio 4: Respeito às águas, ao solo e ao ar			
4.1		O manejo florestal deve se basear em planejamento ambiental prévio à utilização da área. a) Evidência documentada da caracterização dos recursos hídricos, considerando-se a(s) microbacia(s) onde se insere a área de manejo florestal; b) Existência de procedimentos para definição da área de manejo e locação da malha viária, levando em consideração a topografia local, os solos e os recursos hídricos. O	

		<p>manejo florestal deve considerar métodos para reduzir os impactos negativos e otimizar os impactos positivos da construção e manutenção de estradas. O manejo florestal deve considerar e tratar adequadamente as questões relacionadas ao uso e acesso a esta infraestrutura pela comunidade;</p> <p>c) Evidência de que as atividades de manejo florestal são planejadas e executadas levando em consideração a topografia, os solos, os recursos hídricos e o clima.</p>	
a)	Sim	<p>A figura 05 do PMFS (pg. 20) demonstra a rede hidrográfica no interior da propriedade da empresa. Os corpos d'água de menores dimensões são detalhados na elaboração do POA, através da operação em campo de talhamento realizada durante o inventário 100%. Nessa etapa, as nascentes e cursos d'água de menor escala são identificados e mapeados, e a área de APP calculada e inserida ao mapa, onde as operações de manejo florestal serão limitadas (POA ITP11, pg. 17).</p>	-
b)	Sim	<p>A empresa possui procedimentos específicos e adequados para a definição da área de manejo e locação da malha viária, como determinado pelo procedimento PC-003-2008 – Infraestrutura Florestal. Os impactos negativos das atividades, as ações de prevenção e de mitigação são devidamente apresentados no documento PC-003-2011 – Diagnóstico e tratamento dos impactos ambientais. No PMFS (pg. 98) há informações que demonstram que a malha viária também irá beneficiar comunidades que vivem próximas das áreas de manejo. Todos os procedimentos operacionais descrevem como permitido o uso da caça e pesca por comunidades tradicionais, desde que para subsistência. Além disso, ao iniciar uma nova área de manejo, a empresa realiza consultas com as comunidades próximas sobre as áreas de uso e acesso, e mantém uma política de relacionamento com as comunidades para proteção da área contra invasões. A empresa permite a entrada pelas comunidades tradicionais e locais e, quando necessário, a empresa presta apoio e manutenção para a revitalização de estradas e ramais de acesso de uso exclusivo das comunidades do interior e do entorno. Observações em campo demonstraram que a infraestrutura de estradas é construída preferencialmente no divisor de águas. Quando necessário, a construção de pontes e aterros é feita considerando boas práticas, e as pontes verificadas apresentaram estruturas adequadas para conter erosão e sedimentação. Entrevistas com a comunidade Novo Paraíso indica que a empresa prestou auxílio na revitalização do ramal utilizado pela comunidade.</p>	-
c)	Sim	<p>As entrevistas com os gestores e funcionários da empresa</p>	-

		<p>indicaram que as infraestruturas são construídas durante o período de estiagem, um ano antes do início da exploração, respeitando os períodos de embargo, e que passam constantemente por monitoramento e manutenção. As equipes das frentes de trabalho (corte, pré-arraste, arraste, transporte e construção de infra) souberam explicar corretamente as atividades que conduzem, conforme os procedimentos operacionais, e a avaliação em campo pode confirmar que os planejamentos das atividades são bem executados. Foi possível verificar uma equipe instalando as contenções nas pontes, bem como, verificar que não houve bloqueio da vazão dos córregos, igarapés e rios que são cortados pelas estradas do manejo. A empresa prioriza a construção de pontes ao invés de bueiros, demonstrando uma boa prática na preservação de áreas com cursos d'água perenes, intermitentes e várzeas.</p>	
4.2		<p>Devem ser adotadas práticas de conservação, monitoramentos e manutenção dos recursos hídricos e edáficos.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Evidência de adoção de técnicas que visem à conservação do solo e dos recursos hídricos; b) Existência de avaliação dos parâmetros qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos e edáficos, que estejam, direta ou indiretamente, sob controle e influência da organização; c) Evidência de que a malha viária e os aceiros são mantidos em condições que não favoreçam a erosão e que mantenham os cursos d'água; d) Evidência de que são adotadas práticas para conservação e recomposição de áreas de preservação permanente. 	
	a) Sim	<p>A empresa implementa várias técnicas de conservação do solo e recursos hídricos conforme dado pelo Procedimento "PC-003-2007 – Infraestrutura Florestal" e "PC-012-2008 – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas". As observações das infraestruturas feitas em campo confirmam os cuidados tomados pela empresa para a conservação do solo e da água. As atividades de pré-arraste e arraste também foram avaliadas e pode-se constatar que as medidas de proteção são implementadas durante essas operações e, em caso de impacto ambiental e degradação acima do previsto, medidas de mitigação do impacto são adotadas.</p>	-
	b) Sim	<p>Os procedimentos operacionais possuem indicadores de verificação e monitoramento da atividade que são avaliados pelos coordenadores e líderes das equipes de campo de forma contínua. Além disso, existe a equipe de monitoramento ambiental que, após a exploração, faz a avaliação dos danos, desperdícios, parcelas permanentes</p>	-

		<p>e áreas abertas. Alguns resultados dos monitoramentos são apresentados ao órgão ambiental por meio do Relatório Pós-exploratório, enquanto outros são apresentados ao corpo gestor e direção da empresa, conforme avaliado nos documentos:</p> <p>“Avaliação das técnicas de corte e derruba aplicadas em uma empresa de MF na Amazonia central”</p> <p>“Relatório de Monitoramento das Operações Florestais”</p> <p>“Relatório monitoramento impacto Clareiras 2016_2017”.</p> <p>Outros monitoramentos são realizados. A empresa instalou pluviômetros para a medição da precipitação e a avaliação dos cursos d’água se dá constantemente através do monitoramento da infraestrutura (pontes e pontos com potencial erosão nas estradas).</p> <p>A frota de caminhões possuem tacógrafo para acompanhamento da velocidade dos caminhões.</p>	
c)	Sim	<p>A empresa implementa várias técnicas de conservação do solo e recursos hídricos conforme dado pelo Procedimento “PC-003-2007 – Infraestrutura Florestal” e “PC-012-2008 – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas”. As observações das infraestruturas feitas em campo confirmam os cuidados tomados pela empresa para a conservação do solo e da água. O único ponto de erosão encontrado na estrada estava sinalizado com fita zebra para manutenção, sendo que este local não oferecia risco para cursos d’água.</p> <p>O documento “PPCIF-012-013 – Plano de Combate a Incêndios Florestais 2017, atualização 07/2017”, contém em seu item 8.3 (pg.20) orientações sobre a construção de bordas de proteção (aceiros). As áreas limítrofes às estradas e às comunidades são protegidas por aceiros.</p>	-
d)	Sim	<p>As áreas de preservação permanente são mapeadas e protegidas das operações florestais conforme determinam diversos procedimentos operacionais da empresa: (a) PC-003-2017 Infraestrutura Florestal, (b) PC-006-2007 CORTE DE ÁRVORES, (c) PC-005-2007 PRÉ-ARRASTE DE TORAS, (d) PC-004-2007 .ARRASTE DE TORAS, (e) PC-012-2008 – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas. Quando necessário a construção de estradas e pontes que cortam áreas de preservação permanente, são aplicadas técnicas que reduzem o impacto sobre o recurso hídrico, conforme constatado em campo. Áreas de APP de declive são identificadas e protegidas da operação, sendo inclusive consideradas como inacessíveis para entrada de máquinas pesadas. As</p>	-

		técnicas e cuidados pós-exploratórios também indicam a conservação de APPs, já que estradas secundárias (tipo B) de acesso às áreas já exploradas são bloqueadas. Devido à atividade executada e as técnicas implementadas durante a execução, não são necessárias ações de recomposição das áreas de preservação permanente, uma vez que essas áreas não são desmatadas.	
4.3		<p>A organização deve adotar uma política de uso racional de defensivos agrícolas, óleos e combustíveis e de destinação dos seus resíduos e embalagens.</p> <p>a) Evidência de que são consideradas as recomendações técnicas para o manuseio, preparação e aplicação dos defensivos agrícolas necessários nas operações florestais;</p> <p>b) Existência de registros de utilização de defensivos agrícolas;</p> <p>c) Evidência de que não são utilizados defensivos agrícolas banidos por acordos internacionais ou leis vigentes no país. É proibido o uso dos pesticidas Tipo 1A e 1B (OMS), dos hidrocarbonetos clorados, bem como de quaisquer defensivos agrícolas banidos por acordos internacionais, como aqueles abordados pela Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, de 2001. O uso de outros pesticidas altamente tóxicos é proibido, exceto quando não houver alternativa viável disponível;</p> <p>d) Evidência de que o armazenamento dos defensivos agrícolas, óleos e combustíveis obedece às recomendações dos fabricantes e legislação vigente;</p> <p>e) Existência de sistema de controle e de destino de resíduos de defensivos agrícolas, óleos e combustíveis e de suas embalagens;</p> <p>f) Evidência de que os trabalhadores florestais que manuseiam e aplicam defensivos agrícolas são habilitados e o fazem utilizando os equipamentos de proteção individual;</p> <p>g) Evidência de que o transporte de defensivos agrícolas, óleos e combustíveis entre os locais de armazenamento e o campo é feito com equipamentos ou veículos apropriados, de acordo com a legislação vigente.</p>	
	a) Sim	Através da avaliação do local de preparação e armazenamento dos defensivos agrícolas utilizados, constatou-se que as recomendações técnicas foram seguidas de acordo com o FISPQ (ficha de informações de segurança de produtos químicos) do produto.	-
	b) Sim	O documento "Atividade de Imunização" descreve na página dois que para o tratamento de 1500 m³ de madeira serrada mensais serão utilizados aproximadamente 1.2 litros do produto OSMOSE CP50 e 1.7 litros do produto Osmotox Plus por mês. Na avaliação em campo com o setor de imunização verificou-se que há registros diários da utilização dos produtos para determinada quantidade de madeira imunizada. Os registros são feitos em papel e depois sistematizados em ficha de controle específica. Há um risco de que o controle sistematizado esteja incompleto, uma vez que verificou-se registros antigos da atividade que não foram sistematizados – OBS #01/17.	OBS #01/17

c)	Sim	O inseticida Osmose CP50 é a base de cipermetrina, um piretróide persistente classificado como Classe II pela OMS, sendo um produto permitido pelo PEFC e com autorização de uso pelo IBAMA (nº4595). Embora seja um produto de alta toxicidade, a consulta ao especialista e a base de dados da OMS, permitiu concluir que é um produto tradicionalmente usado e seguro quanto utilizado adequadamente, do ponto de vista de quantidades, estrutura e saúde e segurança.	-
d)	Sim	O armazenamento dos defensivos, óleos e combustíveis é realizado em local apropriado e de acordo com as recomendações dos fabricantes e legislação vigente, conforme avaliação em campo, sendo controlado pelo setor de almoxarifado da empresa.	-
e)	Não	Os certificados de destinação dos resíduos de óleo, combustíveis e lubrificantes apresentados, datam de 30 de outubro de 2014 e de 25 de novembro de 2015, com quantidade 5200 lts e 5000 lts, respectivamente. Os resíduos de óleo das safras de 2016 e de 2017 não foram destinados e estão armazenadas em local adequado para este fim. A estimativa de produção de resíduo anual pela empresa, conforme documento “média e projeção da geração de resíduos de 2017”, apresenta um valor de 32735,0 litros, uma quantidade seis vezes maior do que repassado a empresa licenciada em 2014 e 2015. Assim, considerando que não há outros certificados de destinação adequada das safras 2016 e 2017, e que a quantidade estimada não está coerente com a média e projeção realizada, não é possível evidenciar que houve um controle e destino apropriado de todos os resíduos. – NCR# 03/17 menor. Em relação aos defensivos Osmose CP50 e Osmotox, os resíduos e embalagens ainda não foram destinados, uma vez que o início da utilização deu-se em 2017, e estão armazenados adequadamente.	NCR# 03/17 menor
f)	Sim	Foi evidenciado através da análise do PPRA, controle de entrega de EPIs, análise dos CA dos equipamentos de proteção individual, análise da FISPQ dos produtos utilizados e observação direta da atividade de imunização da madeira serrada, na qual ocorre a aplicação dos defensivos (inseticida e fungicida) que os trabalhadores utilizam EPIs apropriados (macacão impermeável, máscara respiradora com filtro para proteção dos olhos, boca e nariz, luvas impermeáveis). Além disso, foi apresentado registro de treinamento realizado com os dois funcionários que executam a atividade de imunização, em lista de presença assinada e datada de outubro de 2016,	-

		com carga horária de 30 horas.	
	g) Sim	Os defensivos químicos utilizados para o tratamento da madeira são aplicados em local próximo à serraria e não necessitam de transporte entre armazenamento em campo. Já o transporte dos óleos e combustíveis é realizado por meio de caminhão adaptado (melosa), com tanques apropriados para cada tipo de produto químico, mangueira com gatilho, extintor contra incêndios e equipamentos apropriados de contenção e mitigação de vazamentos, compostos por bacias e serragem. O caminhão foi vistoriado em avaliação de campo e mostrou-se apto para a atividade.	-
4.4		<p>A organização deve adotar e implementar uma política para a redução, reutilização, reciclagem ou tratamento adequado de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões gasosas.</p> <p>a) Existência de um sistema implementado de coleta seletiva e armazenamento de resíduos;</p> <p>b) Evidência de que os resíduos perigosos são destinados a aterros industriais licenciados ou enviados às empresas licenciadas para realizarem o tratamento adequado;</p> <p>c) Evidência de que os resíduos e efluentes são tratados e dispostos de acordo com a legislação vigente;</p> <p>d) Existência de planos de controle e monitoramento de derrames e vazamentos;</p> <p>e) Existência de iniciativa para a redução e aproveitamento de resíduos da colheita florestal;</p> <p>f) Existência de programa de manutenção preventiva e corretiva de máquinas, veículos e equipamentos.</p>	
	a) Sim	<p>O plano de gerenciamento de resíduos (PGR/01 – PWA, versão 11/07//2016) demonstra o processo de coleta seletiva de resíduos não perigosos e sua destinação final, conforme fluxograma para gerenciamento do resíduo da empresa (pg.5). Os resíduos não perigosos do acampamento são incinerados em um tanque apropriado, construído longe da área do acampamento florestal. Resíduos orgânicos são colocados em composteiras ou destinados às comunidades do entorno como ração para animais.</p> <p>Resíduos perigosos são levados para o local de acondicionamento, localizado em áreas distante da serraria em estrutura apropriada até seu destino final. Foi realizada a avaliação da estrutura de acondicionamento dos resíduos perigosos que se mostrou apta. Contém cobertura e solo impermeável. Os resíduos são acondicionados em caixas ou em bombas de 200 litros.</p>	-
	b) Sim	<p>A empresa apresentou a última destinação dos resíduos perigosos conforme lista abaixo:</p> <p>Resíduos de óleos – última entrega novembro de 2015,</p>	-

		<p>5000 litros.</p> <p>Resíduos químicos da imunização – Produtos em acondicionamento em local apropriado, aguardando aumento em quantidade para destinação final de empresa.</p> <p>Pneus e Ferragens – destinação em 2012. Ferragens são mantidas acondicionadas em local apropriado para próxima destinação e venda para ferro-velho.</p>	
c)	Sim	<p>A empresa direciona a serragem contaminada para a empresa geradora de energia BK energia. Os óleos, combustíveis e lubrificantes são coletados em galões de 200 litros, armazenados em local apropriado com cobertura e piso impermeável. Os locais onde possuem escoamento de água contaminada, como por exemplo, oficinas e aplicação de defensivos, possuem caixas separadoras, permitindo que a água seja minimamente tratada e direcionada à fossa séptica. Os resíduos dos produtos de imunização da madeira são acondicionados em bombas de 200 litros apropriadas e mantidas em local adequado, uma vez que a aplicação deu-se início em 2017, não há quantidade suficiente para entrega para empresas cadastradas e licenciadas para recebimento.</p>	-
d)	Não	<p>Entrevistas com funcionários que trabalham no setor de abastecimento, oficina e manutenção demonstraram que há conhecimento sobre os procedimentos de contenção de vazamentos e do tratamento necessário para que resíduos perigosos da manutenção das máquinas não contaminem o solo e recursos hídricos.</p> <p>Todos os procedimentos operacionais que fazem uso de máquinas e equipamentos que utilizam produtos como óleos, combustíveis e lubrificantes apresentam em seu conteúdo orientações sobre as ações a serem tomadas em caso de vazamentos (PC-007//2007 – infraestrutura florestal, pg. 14; PC12/2008 – programa de recuperação de áreas degradadas, pg. 8; PC-002/2007 – Romaneio e transporte de toras, pg. 6; etc.). Foi elaborada uma cartilha ao funcionário sobre o procedimento, normas e legislação sobre manuseio de resíduos “Cartilha Trabalhando Corretamente no Manejo Florestal Certificado final - 2017” Consideraram-se as entrevistas e procedimentos suficientes para demonstrar que a empresa tem um plano de controle de derrame e vazamentos de óleos, lubrificantes e combustíveis. Não há evidências sobre o monitoramento da ocorrência de possíveis derramamentos. Ausência de informações sobre controle e monitoramento de vazamentos e derrames no caso dos defensivos químicos OSMOSE CP50 e OSMOTOX, uma</p>	NCR# 04/17 Menor

		vez que o procedimento apresentado não contém detalhes sobre como proceder em caso de vazamentos e derrames NCR# 04/17 Menor.	
e)	Sim	<p>Os procedimentos operacionais das atividades do manejo florestal apresentam técnicas de exploração de impacto reduzido que, quando aplicadas, possuem como objetivo a redução do desperdício e eficiência na exploração (PC-006-2007 CORTE DE ÁRVORES; PC-003/2007 – Infraestrutura florestal; PC-004/2007 – arraste; PC-005/2007 Pré-arraste; etc.). A observação em campo e entrevistas evidenciou que essas técnicas são conhecidas e aplicadas pelos funcionários da empresa. Nas frentes de campo não houve sinais de tocos altos, impacto em remanescentes, destopas excessivas, árvores ocadas, esquecidas ou derrubadas erroneamente na floresta. As técnicas de pré-arraste escolhida pela empresa tem potencial para reduzir as áreas de abertura da floresta, quando comparadas ao arraste direto pelo skidder e quando bem executadas.</p> <p>A empresa possui parceria para a venda de resíduos da floresta (raízes, tocos e galhos) e, quando necessário, os resíduos são também utilizados pela empresa BK energia, abastecida em sua totalidade pela serragem da serraria.</p>	-
f)	Sim	<p>A empresa mantém uma oficina móvel de máquinas e motores dentro da área de manejo e próxima das atividades operacionais. As entrevistas com os funcionários demonstraram que os mesmos são aptos a executarem a função e conhecem os procedimentos de contenção de vazamentos. A oficina é adequada para a manutenção preventiva e corretiva de máquinas atendendo a necessidade da atividade.</p> <p>A manutenção das motosserras, por sua vez, é feita em oficina locada no acampamento Areia Branca. Mesmo não havendo um programa documentado, a manutenção preventiva e corretiva das máquinas, veículos e equipamentos é adequada e atende às necessidades da atividade realizada.</p>	-
Princípio 5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal			
5.1	<p>A organização florestal deve incentivar programas de interesse comunitário, a fim de melhorar as condições de vida da população local.</p> <p>a) Evidência da identificação dos aspectos sociais e econômicos sobre os quais se possa ter influência e os impactos decorrentes;</p> <p>b) Evidência de ações para evitar, mitigar ou, quando for aplicável, compensar impactos sociais e econômicos negativos significativos decorrentes;</p>		

		<ul style="list-style-type: none"> c) Evidência de medidas para potencializar impactos sociais e econômicos positivos; d) Evidência de que os hábitos e costumes não predatórios das populações locais, tradicionais e indígenas são respeitados; e) Evidência de que a propriedade intelectual das populações tradicionais e indígenas é respeitada; f) Evidência de que é dada prioridade à participação de moradores das comunidades locais e povos indígenas nas diferentes atividades relacionadas à área de manejo florestal, para reforçar o benefício para estes povos e comunidades; g) Existência de ações que incentivem empreendimentos locais; h) Existência de ações que incentivem programas de saúde junto às comunidades locais e povos indígenas; i) Existência de programas implementados de saúde, alfabetização, segurança e higiene dos trabalhadores florestais acessíveis a seus dependentes diretos; j) Existência de ações que incentivem programas de educação ambiental desenvolvidos junto às populações locais; k) Existência de programas implementados de educação ambiental para os trabalhadores florestais. 	
a)	Sim	O empreendimento apresentou um relatório de impactos socioambientais realizado em novembro de 2017, e executado de acordo com o procedimento "PC-003/2011 – Diagnóstico e tratamento de impactos socioambientais" revisão de setembro de 2017. Este relatório apresenta para cada comunidade, uma relação de impactos positivos e negativos identificados, além de solicitações de apoio à comunidade.	-
b)	Sim	O relatório de impactos socioambientais apresenta ações propostas para tratamento de impactos negativos, e a matriz de impactos ambientais apresenta na categoria "meio antrópico" os impactos negativos: insegurança no trânsito pelo fluxo de caminhões, destruição de sítios arqueológicos ou históricos pela instalação de infraestruturas, afluo populacional e conflitos devido a aumento das vias de acesso e especulações de oferta de trabalho, e conflito fundiário por aquisições de propriedades para o manejo florestal. Para cada um destes impactos negativos há ações de prevenção (impactos potenciais) e ações de mitigação (impactos reais).	-
c)	Sim	O relatório de impactos sociais apresenta em cada comunidade em que foram realizados os trabalhos da ouvidoria e o acompanhamento dos monitores ambientais comunitários, impactos positivos identificados, como: disponibilização de cinzas para adubação, manutenção das placas de alerta contra caça, pesca; realização de palestras de conscientização contra queimadas, apoio a atividades da comunidade, limpeza dos ramais de acesso,	-

		entre outros.	
d)	Sim	Os hábitos são respeitados na medida em que as áreas de uso estão delimitadas e o acesso às áreas é permitido, conforme verificado nas entrevistas e no mapeamento de áreas de uso comunitários.	-
e)	N/A	Trata-se um manejo de grande escala, no qual não são usados conhecimentos tradicionais.	-
f)	Sim	Foi verificado em auditoria junto ao setor de RH, que cerca de 10% dos funcionários contratados são oriundos das comunidades locais.	-
g)	Sim	O plano de manejo florestal estabelece no item “11 - Ações do Departamento Socioambiental Junto Às Comunidades” que será dada prioridade a compra de produtos agrícolas como verduras e outros gêneros alimentícios produzidos pelas comunidades, sempre que houver disponibilidade, na entrevista realizada na comunidade Novo Paraíso, foi relatado que embora a comunidade não tenha costume de produção de hortaliças, ocorre eventuais vendas de farinha produzida pela comunidade. Além disso, o EMF contrata empresas locais para realizar atividades de apoio, como segurança patrimonial, e limpeza.	-
h)	Sim	Foram apresentadas evidências de ações realizadas junto a comunidades e descritas no documento “Relatório de impactos socioambientais” datado de novembro de 2017. Neste documento são apresentadas ações relacionadas a saúde dos comunitários, como por exemplo, apoio na construção de infraestrutura na comunidade do Livramento, e programa Bem Estar Sustentável, nas comunidades de São José do Carú e Novo Paraíso, que envolveram ações de saúde bucal com as crianças destas comunidades.	-
i)	Sim	O EMF apresentou evidência de programas complementares com o objetivo de propiciar benefícios sociais para seus funcionários e dependentes. Há um programa junto ao SESI para oferecer ensino aos filhos dos funcionários e também alfabetização de adultos denominado programa EJA – Educação de Jovens e Adultos; atendimento pelo médico do trabalho aos dependentes em consultas em Itacoatiara.	-
j)	Sim	O EMF desenvolve em seu programa de treinamentos, ações de educação ambiental junto a comunidade como: reciclagens dos monitores ambientais que abordam temas voltados para a preservação ambiental e como a	-

		comunidade pode auxiliar na preservação dos recursos naturais da área e que foram realizados em várias datas dos meses de abril e maio de 2017; e palestra de educação ambiental realizada em conjunto com o CETAM (Centro de Educação Tecnológica do Amazonas) em 16/10/17. Estas ações foram evidenciadas conforme plano de treinamentos e registros de realização.	
k)	Sim	O plano de treinamentos estabelecido abrange eventos de educação ambiental, voltados tanto para preparação dos funcionários para obtenção de conhecimentos sobre as certificações da empresa, quanto também, conscientização geral sobre a preservação dos recursos naturais, como nos eventos: educação ambiental (realizado junto ao CETAM), Preceitos da Certificação Ambiental 29/08/17, programa 5S em 07/06/17, e gestão ambiental, legislação aplicável e princípios da certificação CERFLOR 16/11/18.	-
5.2	<p>A organização deve implantar programas de divulgação e de comunicação com as partes interessadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Existência de procedimentos e instrumentos para a divulgação clara e objetiva das atividades e formas de atuação do empreendimento florestal; b) Existência de canal de comunicação entre a organização florestal e as partes interessadas; c) Evidência de medidas conciliatórias adotadas para a resolução de conflitos entre o produtor florestal e as partes interessadas; d) Evidência de bom relacionamento com organizações representativas da sociedade local e entidades afins; e) Evidências da participação da sociedade civil ou instituições públicas nos programas de divulgação e comunicação. 		
a)	Sim	<p>O empreendimento realizou reunião pública de esclarecimento do plano de manejo em Itacoatiara em julho de 2017, foram apresentadas fotos e ata de reunião. Além disso, há estabelecido um “Programa de Ouvidoria” que estabelece canais de recebimento de demandas e comunicações, método de análise e tomada de ação e resposta às partes interessadas. As entrevistas realizadas com amostragem de funcionários e partes interessadas, demonstram que este mecanismo está implantado e é conhecido.</p> <p>O resumo do plano de manejo florestal é divulgado nestes eventos junto às comunidades, conforme registro apresentado das atas de reunião.</p>	-
b)	Sim	Conforme definido no “Programa de Ouvidoria”, estes canais estão estabelecidos para os funcionários através de caixas da ouvidoria para recebimento das	-

		comunicações escritas; e para as comunidades através de reuniões realizadas em três polos: 1 rio carú e AM010 – São José, São Geraldo, e Novo Paraíso, 2 Rod 363 – N. S. Aparecida, São João Batista, Sagrado Coração de Jesus, 3 Rio Anebá – Santana do Anebá, N. S. do Livramento, N. S. da Conceição. As periodicidades de realização estão definidas neste documento, e evidências de registro destes eventos e comunicações foram apresentadas.	
c)	Sim	O EMF apresentou o procedimento documentado “PC 004/2011 - Programa Interno de Resolução de Conflitos” que apresenta tratativas para os casos de conflitos pela posse da terra. Demais demandas relacionadas a compensação de prejuízos e danos são tratadas dentro da ouvidoria, e os registros das respostas foram apresentadas.	-
d)	Sim	As entrevistas realizadas com comunitários representantes das associações comunitárias da amostragem realizada e consulta pública realizada demonstra bom relacionamento.	-
e)	Sim	Foi evidenciado no registro de ata de reunião pública sobre o plano de manejo e certificação floresta da empresa, realizada em 04/07/2017, a participação de membros do SESI, SENAI, SEMMA (secretaria municipal de meio ambiente), além de moradores das comunidades do entorno.	-